



FACULDADE DE DIREITO

Título

As Organizações Não Governamentais (ONGs) na ajuda ao desenvolvimento em Moçambique: uma análise da Associação Reconstruindo Esperança

Dissertação apresentada à Faculdade de Direito da UEM para aprovação no Curso de Mestrado em Cooperação e Desenvolvimento

Autor: Cosme Crisanto Nyusi

Orientador: Prof Doutor Almeida Machava

Maputo

2025



FACULDADE DE DIREITO

Título

**As Organizações Não Governamentais (ONGs) na ajuda ao
desenvolvimento em Moçambique: uma análise da Associação
Reconstruindo Esperança**

Dissertação apresentada à Faculdade de
Direito da UEM para aprovação no Curso
de Mestrado em Cooperação e
Desenvolvimento

Autor: Cosme Crisanto Nyusi

Orientador: Prof Doutor Almeida Machava

Maputo

2025

Declaração de honra

Eu Cosme Crisanto Nyusi declaro, por minha honra, que este trabalho de pesquisa com o título “**As Organizações Não Governamentais (ONGs) na ajuda ao desenvolvimento em Moçambique: uma análise da Associação Reconstruindo Esperança**”, nunca foi apresentado para aquisição de qualquer grau académico. Ele resulta da minha investigação pessoal, estando incluídas no texto e na bibliografia final as fontes utilizadas.

(Cosme Crisanto Nyusi)



FACULDADE DE DIREITO

Título

As Organizações Não Governamentais (ONGs) na ajuda ao desenvolvimento em Moçambique: uma análise da Associação Reconstruindo Esperança.

O Júri

Dissertação apresentada à Faculdade de Direito da UEM para aprovação no Curso de Mestrado em Cooperação e Desenvolvimento

Orientador: _____

Presidente: _____

Oponente: _____

Cosme Crisanto Nyusi

Maputo,/...../.....

Dedicatória

Dedico este trabalho ao meu pai Crisanto Cosme Nyusi por ter me ensinado e transmitido os valores intelectuais e artísticos e sido um exemplo para mim, à minha família, meus filhos, Ntandi, Cosme e Vasco, que me inspiram e minha mulher Luísa que sempre esteve ao meu lado.

Agradecimentos

Agradeço a Deus pelo dom da vida, pela energia e benefícios para concluir todo esse trabalho.

Ao Prof. Doutor. Almeida Machava pela orientação e valiosos ensinamentos ao longo da caminhada estudantil.

Ao meu companheiro, colega e amigo Mestre Zeca Tsamba pelo apoio incondicional que sempre me deu.

Lista de tabelas e imagens

Tabela 1: Níveis de participação comunitária em projectos de desenvolvimento	33
Tabela 2: Número de casos de violação sexual nas organizações de sociedade civil	53
Imagem 1: Interação das activistas da ARES com os professores e alunos.....	44
Imagem 2: Sensibilização porta a porta nas comunidades.....	45
Imagem 3. Mantimentos comprados com dinheiro vindo dos padrinhos	46
Imagem 4: Porta comprada com apoio recebido do projecto	55

Resumo

A preocupação pela redução das desigualdades sociais que caracterizam a população mundial, associada à relativa incapacidade dos governos de lidar com os problemas do desenvolvimento, condicionou a emergência de um conjunto de organizações que, não pertencendo ao sector público, se predispõem a complementar os esforços empreendidos pelo sector público na luta contra a pobreza e para o bem-estar social. As organizações não-governamentais (ONGs) prestam serviços de interesse público com o objectivo principal de aliviar o sofrimento da população desfavorecida, sem disso esperar lucros. O trabalho analisa, a partir de um estudo de caso da Associação Reconstruindo Esperança (ARES), o contributo das ONGs no apoio ao desenvolvimento. A pesquisa é do tipo qualitativo que por meio de pesquisa bibliográfica e entrevistas focalizadas procurou analisar as actividades desenvolvidas pela ARES e seu impacto no alívio do sofrimento das comunidades abrangidas. Os resultados da pesquisa mostram que o apoio e aconselhamento psicossocial que a ARES presta são essenciais para o desenvolvimento holístico de crianças e mulheres vítimas de conflitos, proporcionando ferramentas emocionais e psicológicas necessárias para superar traumas, construir resiliência e construir um caminho sustentável para o futuro. Este suporte não apenas alivia o sofrimento imediato, mas contribui para o fortalecimento individual e comunitário a longo prazo. No entanto, a ARES e outras ONGs que actuam na cidade de Maputo enfrentam desafios decorrentes da dependência excessiva de fontes externas no financiamento das suas actividades, facto que concorrem à paralisação de projectos causado pelo corte de apoio.

Palavras-chave: ONGs, desenvolvimento, assistência psicossocial.

Abstract

The worry for reducing social inequalities that characterize the world population, associated with the relative incapacity of governments to deal with development problems, has led to the emergence of a group of organizations that, not belonging to the public sector, are willing to complement the efforts undertaken by the public sector in the fight against poverty and to social well-being. Non-governmental organizations (NGOs) provide services of public interest with the main objective of alleviating the suffering of the disadvantaged population, without expecting profits. The work analyzes, based on a case study of the *Associação Reconstruindo Esperança* (ARES), the contribution of NGOs in supporting development. The research is a qualitative type that, through bibliographical research and focused interviews, sought to analyze the activities developed by ARES and their impact on alleviating the suffering of the communities covered. The research results show that the psychosocial support and counseling that ARES provides is essential for the holistic development of children and women victims of conflict, providing the emotional and psychological tools necessary to overcome trauma, build resilience and build a sustainable path for the future. This support not only alleviates immediate suffering, but contributes to long-term individual and community empowerment. However, ARES and other NGOs operating in the city of Maputo face challenges arising from excessive dependence on external sources to finance their activities, a fact that contributes to the paralysis of projects caused by the cut in support.

Keywords: NGOs, psychosocial assistance and development.

Índice

INTRODUÇÃO.....	1
1.1. Contextualização.....	1
1.2. Justificativa	3
1.3. Problematização.....	4
1.4. Objectivos da pesquisa.....	6
1.4.1. Geral:	6
1.4.2. Específicos.....	6
1.5. METODOLOGIA	7
1.5.1. Tipo de pesquisa	7
1.5.2. Técnicas e procedimentos de recolha de dados	7
1.5.3. População, amostragem e amostra.....	8
1.5.4. Limitações do estudo	8
1.6. Organização do Trabalho	9
CAPÍTULO I: CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS NO APOIO AO DESENVOLVIMENTO	10
2.1. Quadro conceptual	10
2.1.1. Organização Não Governamental (ONG).....	10
2.1.2. Desenvolvimento.....	12
2.2. Quadro teórico	14
2.2.1. Teoria da sociedade civil.....	14
2.2.2. Teoria do desenvolvimento participativo.....	16
2.3. A emergência das ONGs no mundo	18
2.4. O surgimento das ONGs em Moçambique	21
2.5. Aspectos jurídicos e legais das ONGs.....	25
2.6. ONGs e o apoio ao desenvolvimento	2828
2.7. Transparência, prestação de contas e efectividade na actuação das ONGs	3031
2.8. Mecanismo de prestação de contas das ONGs	3232
2.9. Indicadores de Avaliação da Efectividade das ONGs na Ajuda ao Desenvolvimento.....	34...

2.10. Relação entre ONGs, Governo e Sector privado no apoio ao desenvolvimento	3535
2.11. Desafios das ONGs no apoio ao desenvolvimento	366
CAPÍTULO II: A ASSOCIAÇÃO RECONSTRUINDO ESPERANÇA E SEU ENVOLVIMENTO NO APOIO AO DESENVOLVIMENTO EM MOÇAMBIQUE	4141
3.1. Associação Reconstruindo Esperança: contexto de surgimento, objectivos, áreas de actuação	4141
3.2. Actividades da ARES no apoio ao desenvolvimento em Moçambique	4242
3.3. Financiamento das actividades desenvolvidas pela ARES	4747
3.4. Outras ONGs que apoiam o desenvolvimento comunitário na área do género, criança e acção social básica.....	488
3.5. Participação de actores locais nas actividades da ARES	499
3.6. Relação entre as actividades da ARES e o desenvolvimento das comunidades beneficiárias	5151
CONCLUSÕES	599
Lista de pessoas entrevistadas	Error! Bookmark not defined. 2
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	633
Em anexo: Estatuto Orgânico da Associação Reconstruindo Esperança	67

INTRODUÇÃO

1.1. Contextualização

O mundo vem sendo assolado por diversos desafios sociais e económicos que resultam de diversos factores, como guerras, desastres naturais e ambientais, e recentemente as mudanças climáticas que causam destruições a infra-estruturas públicas e privadas, perdas de vidas humanas e muito sofrimento nos sobreviventes. Moçambique não está alheio a essa realidade. No seu percurso em direcção ao desenvolvimento enfrenta uma série de desafios complexos, com destaque para questões socioeconómicas, ambientais e de saúde que demandam respostas ágeis e eficazes. Nesse contexto, as Organizações Não Governamentais (ONGs) emergem como actores-chave na paisagem do desenvolvimento, oferecendo apoio crucial e complementando os esforços do governo e de outras instituições, sem disso esperar lucros.

As ONGs surgiram no cenário global principalmente após a Segunda Guerra Mundial, quando a reconstrução e a assistência humanitária se tornaram cruciais. A Carta das Nações Unidas, assinada em 1945, deu um impulso significativo ao estabelecimento de ONGs ao reconhecer oficialmente a importância da cooperação internacional e do desenvolvimento sustentável. A partir desse período, as ONGs tiveram o seu marco jurídico legal e começaram a desempenhar um papel vital na complementação dos esforços governamentais e internacionais em áreas como saúde, educação, direitos humanos e desenvolvimento económico¹.

Os anos 1960 e 1970 marcaram um período de expansão significativa das ONGs, impulsionado por movimentos sociais e pela crescente conscientização sobre questões de justiça social e ambiental. A descolonização na África trouxe à tona a necessidade de apoiar as novas nações independentes na construção de suas economias e infra-estruturas. Esse contexto histórico de mudanças sociais e políticas globais forneceu um terreno fértil para o florescimento das ONGs, que se tornaram actores essenciais na promoção do desenvolvimento sustentável e na defesa dos direitos humanos².

¹ BEBBINGTON, Anthony J., HICKEY, Samuel and MITLIN, Diana C. (2008). Can NGOs Make a Difference? The Challenge of Development Alternatives, Zed Books Ltd, London and New York. Disponível em <https://biblio.flacsoandes.edu.ec/libros/digital/40555.pdf>.

² Ibidem.

As ONGs crescem em termos numéricos e de recursos que movimentam ao nível mundial, em Moçambique em particular. Dados estatísticos de 2022 mostram que, em Moçambique, existem cerca de 12 291 organizações sem fins lucrativos³. Essas organizações actuam em uma ampla gama de áreas, desde assistência humanitária, desenvolvimento comunitário, defesa dos direitos humanos, sustentabilidade ambiental, entre outras, contribuindo desse modo para o desenvolvimento global.

Apesar do seu impacto positivo, as ONGs enfrentam uma série de desafios que podem limitar sua eficácia e sustentabilidade. No rol desses desafios está a falta de uma metodologia robusta e participativa de avaliação de impacto das intervenções das ONGs, tornando o seu trabalho insignificativo. A fragilidade dos mecanismos de coordenação e colaboração entre as ONGs e outros actores como governo, resulta em duplicação de esforços e desperdícios de recursos. A excessiva dependência de doadores e financiamento externo cria instabilidade na continuidade de projectos e programas estruturantes, acabando por encerrar antes de consolidar o seu impacto nas sociedades abrangidas onde actuam.

A opinião pública e alguns estudos desacreditam o trabalho das ONGs, alegando que, maior parte delas, servem interesses próprios e não da população realmente necessitada. Outrossim, argumenta-se que, uma vez que maior parte das ONGs depende do financiamento de doadores, presta mais contas aos doadores e menos à população abrangida pelas suas acções⁴.

Associado ao aumento do índice de pessoas que vivem no limiar da pobreza, esses desafios colocam em questão a eficácia e eficiência das ONGs e numa crise de legitimidade no que diz respeito ao alívio ao sofrimento das comunidades vulneráveis.

O presente trabalho de pesquisa analisa, a partir de um estudo de caso da Associação Reconstruindo Esperança (ARES), o contributo das ONGs no apoio ao desenvolvimento na cidade de Maputo. São analisadas as actividades desenvolvidas pela ARES, avaliando seu impacto no alívio do sofrimento das comunidades abrangidas.

A pesquisa é do tipo qualitativo que se vale da pesquisa bibliográfica, análise documental e das entrevistas estruturadas.

³ MOÇAMBIQUE, Instituto Nacional de Estatísticas (INE, 2022) Estatísticas do Ficheiro de Unidades Estatísticas.

⁴ LEWIS, David, KANJI, Nazneen and THEMUDO, Nuno S. (2021) Non-Governmental Organizations and Development, 2 edição, Routledge, London.

O estudo insere-se na linha de pesquisa do desenvolvimento e procura, através do quadro teórico da área, estudar a dinâmica do desenvolvimento promovido pelas ONGs.

1.2. Justificativa

Teoricamente, as organizações não-governamentais surgem em resposta à crise do bem-estar social, colocando-se como uma alternativa no atendimento às demandas sociais e na mobilização da participação cidadã.

Considerando o agravamento das desigualdades sociais e dos índices de pobreza, as ONGs parecem estar a enfrentar “uma crise de crescimento e críticas por falta de transparência, relativa ineficiência e déficit de representação⁵”. Essas críticas colocam em questão o papel das ONGs na luta pelo desenvolvimento social da população, sobretudo, das minorias desfavorecidas. O assunto ganha relativo interesse quando, apesar de um número maior de ONGs que actuam no território nacional, haver poucos estudos empíricos que abordam o seu contributo para o desenvolvimento, bem assim a relação entre elas, as autoridades locais e as comunidades abrangidas.

A relevância do presente estudo está na sua pretensão de ampliar o diálogo com os diferentes actores interessados e implicados sobre o contributo das ONGs no desenvolvimento social. Avaliar o contributo das ONGs no desenvolvimento social junto com as comunidades beneficiárias é uma forma de dar voz a esse grupo que, muitas das vezes, é colocado a margem dos processos de desenvolvimento. Acredita-se que, o estudo poderá oferecer subsídios que possam fortalecer o trabalho das ONGs, e quiçá ampliar sua aceitação pelas comunidades.

No campo científico, o estudo abre um espaço de debate académico sobre o trabalho das ONGs no contexto dos processos de desenvolvimento. O estudo vai avaliar o impacto das acções da ARES, determinando a eficácia das suas intervenções e proporcionando dados valiosos para futuras iniciativas. Outrossim, é uma modesta contribuição para literatura que aborda sobre o assunto, ao mesmo tempo que contribui para incentivar futuras pesquisas sobre a matéria.

Em suma, a pesquisa é socialmente relevante por seu potencial impacto positivo nas comunidades e cientificamente relevante por sua contribuição para o conhecimento das práticas eficazes no campo do desenvolvimento. Essa pesquisa pode fornecer

⁵ SORJ, Bernardo (2005), op.cit., p. 3.

informações cruciais para formuladores de políticas, doadores, e profissionais envolvidos em iniciativas de desenvolvimento, com maior enfoque para a ARES, objecto do estudo.

O facto de o autor da pesquisa ter realizado um estágio na Associação Reconstruindo Esperança e ser estudante de cooperação e desenvolvimento constitui motivação principal para realização do estudo.

1.3. Problematização

A luta pelo bem-estar-social e melhoria das condições de vida da população mundial demanda actuação de diferentes actores sociais a escala nacional e transnacional. As organizações não governamentais (ONGs) entram em cena e jogam um papel importante no apoio ao desenvolvimento, colaborando com as estruturas administrativas locais e outras entidades interessadas.

O termo ONG é utilizado para referir a uma organização de domínio privado, sem fins lucrativos e que presta serviços de interesse público que gravitam em torno do combate à pobreza e do reforço da capacidade das comunidades locais para sua maior participação nos esforços do desenvolvimento⁶.

Em Moçambique, as ONGs começam a operar nos primórdios da década 80 com a adesão do país ao capitalismo, permitindo a actuação do sector privado nos esforços do desenvolvimento⁷. A actuação do sector privado era limitada por causa do modelo socialista que o país adoptara logo após a independência nacional que atribuía um papel exclusivo ao Estado de liderar e implementar os processos de desenvolvimento.

De referir que, a ideia de aderir ao sistema capitalista foi imposta pelas instituições internacionais como Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional como condição para concessão do financiamento que o país precisava para reerguer a sua economia nacional que se encontrava em crise⁸.

Desse período até à actualidade, as ONGs que actuam em vários sectores de actividades e em quase todas as províncias do país vem aumentando de forma galopante. Dados recentes, mostram que o país conta com cerca de 12 291 instituições sem fins lucrativos. Estas instituições encontram-se espalhadas pelo país, havendo indicações de

⁶ WILLIAMS, Abreu (1990) Cresce a participação das ONGs no Desenvolvimento: o Banco Mundial e outras agências de desenvolvimento trabalham cada vez mais com organizações não-governamentais. Finanças e Desenvolvimento, Dezembro.

⁷ MAURI, Giulia (2012) Organizações Não Governamentais em Moçambique: análise do Trabalho de algumas organizações em Moçambique. Dissertação, Mestrado, Universidade Técnica de Lisboa.

⁸ CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno (2017) Crises económicas e estruturas de acumulação de capital em Moçambique. Maputo. In IESE (2017) Desafios para Moçambique, pp. 108 e 109.

que as províncias de Inhambane, Manica, Sofala e Cidade Maputo concentram maior número de ONGs⁹.

Apesar do crescimento do número das ONGs que actuam no território nacional com objectivo comum de aliviar a pobreza e o sofrimento no seio da população, estudos mostram cenários contraditórios.

Dados do inquérito ao Orçamento Familiar de 2019/2020 que mede a pobreza e o bem-estar através do consumo e acesso aos serviços básicos (educação, saúde, saneamento etc) mostram que o consumo medio das famílias moçambicana situa-se em 8.108,00 meticais (oito mil, cento e oito meticais), a taxa de alfabetismo situou-se em 39.9% e a satisfação com os serviços de saúde em 50.8%¹⁰. Apesar de alguns avanços com relação aos anos anteriores, esses dados mostram a difícil situação em que maior parte das famílias moçambicanas se encontram e os desafios que há na busca pelo bem-estar.

As ONGs enfrentam uma série de desafios que dificultam atender, de forma eficaz, as demandas do desenvolvimento social e comunitário. Dentre estes desafios consta o facto de muitas ONGs serem frágeis e dependentes do financiamento estrangeiro¹¹. A dependência pelo financiamento estrangeiro faz com que prevaleça uma planificação “de fora para dentro¹²” em que os projectos de desenvolvimento levados a cabo pelas ONGs são elaborados na perspectiva dos doadores internacionais, sem nenhuma relação com a base do contexto real na qual serão implementados.

Directa ou indirectamente, os doadores são um actor importante na elaboração das agendas das ONGs. Embora as ONGs tenham alguma capacidade de influenciar suas políticas, sua luta pela sobrevivência as empurra para adaptarem-se às agendas dos doadores¹³.

Algumas ONGs não possuem recursos humanos em número e qualificações suficientes para a realização das suas missões¹⁴. Acrescenta-se também a informalidade

⁹ Moçambique, Instituto Nacional de Estatísticas (2017) As Instituições sem fins lucrativos em Moçambique: Resultados do segundo Censo Nacional (2014 – 2015).

¹⁰ MOÇAMBIQUE, Instituto Nacional de Estatísticas (2021) Inquérito Sobre Orçamento Familiar (IOF 2019/2020).

¹¹ MOIANA, Emídio de Brito Belarmino (2017) O contributo das Organizações da Sociedade Civil no desenvolvimento das comunidades rurais do distrito de Moamba, Dissertação, Mestrado, Universidade Eduardo Mondlane, p. 27.

¹² FRANCISCO (2000) apud MEIGOS, Filimone (2018) Dinâmica das Artes Plásticas em Moçambique, Tese, Doutorado, Universidade da Beira de Interior, p. 89.

¹³ SORJ, Bernardo (2005) Sociedades Civas e relações Norte-Sul: ONGs e dependência. Tradução de Plinio A. Dentzien, Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, Rio de Janeiro.

¹⁴ MOIANA (2017), op.cit., p. 14.

que reina no seio de muitas organizações sem fins lucrativos, dificultando a criação de estrutura e adopção de práticas de gestão transparentes e inclusivas.

Uma questão que se coloca como desafio tem haver com a articulação entre as ONGs, o Governo e as comunidades locais que tem sido deficitária. A falta de articulação leva à duplicação ou concentração de esforços numa determinada região ou comunidade. Sucede, em alguns casos, as ONGs escolherem o local da sua implantação e desenvolverem as suas actividades sem prévio estudo das necessidades locais.

Ademais, está o facto de haver pouco debate social e académico sobre os resultados do trabalho levado a cabo pelas ONGs no apoio ao desenvolvimento, dificultando a partilha de experiências, práticas e de lições que podem contribuir para o fortalecimento dessas organizações.

A pesquisa é um estudo de caso da Associação Reconstruindo Esperança (ARES), organização não-governamental que presta assistência psico-social, desenvolvimento comunitário, garantindo os direitos humanos, em particular os da criança e da mulher. Possui sua sede em Maputo, desenvolvendo trabalho um pouco por todo país. O local de estudo é a Cidade de Maputo.

Diante do acima exposto, a presente pesquisa procura responder a seguinte questão de partida: *qual é o contributo das organizações não-governamentais no apoio ao desenvolvimento em Moçambique?*

1.4. Objectivos da pesquisa

1.4.1. Geral:

Conhecer o contributo das ONGs, em particular da ARES, no apoio ao desenvolvimento na Cidade de Maputo.

1.4.2. Específicos

Descrever as actividades desenvolvidas pelas ONGs no que toca ao apoio ao desenvolvimento, em particular da Associação Reconstruindo Esperança na Cidade de Maputo;

Analisar a participação/envolvimento dos actores locais em toda cadeia das actividades desenvolvidas pela ARES.

Avaliar os resultados efectivamente alcançados pelas ONGs e sua relação com o desenvolvimento das comunidades, com ênfase nos da ARES.

1.5. METODOLOGIA

A presente secção apresenta e justifica a escolha dos métodos, procedimentos, técnicas e instrumentos de recolha de dados usados na realização da pesquisa.

1.5.1. Tipo de pesquisa

A pesquisa é qualitativa. A pesquisa qualitativa trabalha no âmbito das significações, motivações, crenças, valores e atitudes ligados aos fenómenos e/ou assuntos em estudo, procurando analisar o problema no seu contexto de ocorrência, em conjunto com os sujeitos envolvidos¹⁵. A pesquisa permitiu avaliar o contributo das ONGs a partir das percepções dos actores implicados e abrangidos pelo processo, respeitando o contexto sobre o qual essas organizações operam.

A partir de um estudo de caso da Associação Reconstruindo Esperança, a pesquisa define-se como descritiva, tendo procurado descrever as actividades e os resultados desta agremiação no que toca à promoção do bem-estar social e alívio do sofrimento da população da Cidade de Maputo abrangida.

1.5.2. Técnicas e procedimentos de recolha de dados

Foi usada a pesquisa bibliográfica para a recolha de dados secundários. Gil¹⁶ avança que a pesquisa bibliográfica desenvolve-se a partir de livros e artigos científicos. Essa modalidade de pesquisa possibilitou a construção do quadro teórico e conceptual através da revisão bibliográfica.

De igual modo, foi usada a pesquisa documental. Essa modalidade de pesquisa vale-se de materiais que ainda não receberam nenhum tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objectivos da pesquisa¹⁷. Para o presente trabalho a pesquisa documental consistiu na consulta de relatórios de projectos de desenvolvimento implementados pela ARES, incluindo os relatórios de actividades com o propósito de se informar para melhor descrição e análise.

A entrevista focalizada foi útil na recolha de dados primários. Nessa modalidade de entrevista existe um roteiro previamente elaborado sobre os assuntos que interessam pesquisar, porem o pesquisador tem a liberdade de fazer outras perguntas que lhe ocorrem

¹⁵ MINAYO (2001) apud SILVEIRA, Denise Tolfo e GERHARDT, Tatiana Engel (Org. 2009) Pesquisa social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, p. 32.

¹⁶ GIL, António Carlos (2008) Métodos e Técnicas de Pesquisa Social, 6ª edição, Atlas, São Paulo.

¹⁷ Ibidem

ao longo da entrevista, buscando maior esclarecimento sobre um determinado facto ou assunto¹⁸. Neste trabalho, a entrevista focalizada consistiu em conversações com pessoas ligadas a ONGs em estudo, as autoridades e parte da população abrangida pelo estudo.

1.5.3. População, amostragem e amostra

A população de estudo foi composta por funcionários da ARES, autoridades e população da Cidade de Maputo abrangidos pelas suas actividades. Dessa população foi retirada uma amostra com base amostragem estratificada. A amostragem estratificada consiste na selecção de amostra de cada subgrupo da população considerada¹⁹. Essa modalidade de amostragem permitiu seleccionar Dino Jacob, Director executivo da ARES, Eulalia Combane, facilitadora de um dos projectos da ARES. Quatro representantes dos beneficiários das actividades da ARES, nomeadamente José Tsucane, Alexandre Tsucane, Isabel Alberto, Ester Raul. E por fim, Filimão Mungoi, representante do governo local.

1.5.4. Limitações do estudo

Durante o processo de pesquisas vários são os desafios que surgem e limitam o alcance dos resultados. Uma das limitações experimentadas durante a presente pesquisa está relacionada ao acesso às informações e às suas fontes. Com o passar do tempo, algumas informações foram perdidas ou degradadas. Por exemplo, o gestor da ARES disse já não ter os contactos de algumas pessoas chave que estiveram envolvidas nos diversos projectos e actividades, bem assim como relatórios de alguns projectos e actividades, principalmente dos beneficiários das actividades da ARES.

Uma outra limitação está associada à mudança do contexto. Considerando que o contexto em que alguns projectos e actividades desenvolvidas pela ARES mudou significativamente, acredita-se que podem ter impactado negativamente na relevância das informações coletadas. Por exemplo, algumas actividades desenvolvidas durante o período da guerra de desestabilização e das cheias de 2000, a entidade implementadora demonstrou não ter informações detalhadas. Ademais, os informantes-chave mostraram dificuldades para recordar detalhes específicos dos eventos passados. Também

¹⁸ LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade (2003) Fundamentos da metodologia científica, 5ª ed, Atlas, São Paulo, p. 197.

¹⁹ GIL (2008), op.cit., p. 92.

acreditamos ter havido o risco de que as lembranças tenham sido influenciadas por eventos mais recentes, introduzindo viés de retrospectiva.

Em algum momento enfrentamos dificuldade de validação de alguns dados por conta de falta de documentação adequada ou à dificuldade em verificar informações com fontes adicionais, principalmente testemunhas beneficiárias de algumas actividades implementadas no passado pela ARES.

1.6. Organização do Trabalho

Em termos da estrutura, para além da Introdução e a Conclusão, o trabalho é constituído por dois Capítulos. A Introdução contempla a contextualização, a justificativa, a problematização, objectivos e a metodologia do trabalho. O primeiro capítulo diz respeito à revisão da literatura, onde aborda vários aspectos como: a emergência das ONGs no mundo e em Moçambique; ONGs e o apoio ao desenvolvimento; transparência, prestação de contas e efectividade na actuação das ONGs; indicadores de avaliação de efectividade; desafios das ONGs, relação entre ONGs, governo e sector privado na ajuda ao desenvolvimento quadro conceptual e quadro teórico. O Segundo Capítulo e último trata do estudo de caso, a Associação Reconstruindo Esperança (ARES): contexto de surgimento, objectivos, áreas de actuação; actividades da ARES no apoio ao desenvolvimento em Moçambique; financiamento das actividades desenvolvidas pela ARES; Outras ONGs que apoiam o desenvolvimento comunitário na área de género e criança na cidade de Maputo; participação de actores locais nas actividades da ARES; e por fim análise da relação entre as actividades da ARES e o desenvolvimento das comunidades beneficiárias.

CAPÍTULO I: CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS NO APOIO AO DESENVOLVIMENTO

O presente capítulo apresenta o marco conceptual, teórico e algumas abordagens sobre organizações não-governamentais e seu envolvimento no apoio ao desenvolvimento. Comporta dez secções. A primeira discute os conceitos de Organizações Não Governamentais e Desenvolvimento. A segunda apresenta as teorias de base para a análise e interpretação do assunto em pesquisa. A terceira contextualiza a origem das ONGs no mundo e sua inserção nos esforços do desenvolvimento. A quarta foca no surgimento das ONGs em Moçambique. A quinta analisa, com base em estudos de vários autores, o trabalho das ONG numa perspectiva desenvolvimentista. A sexta aborda questões relativas à transparência, prestação de contas e efectividade na actuação das ONGs. A sétima focaliza os mecanismos de prestação de contas utilizadas pelas ONGs. A oitava analisa os indicadores de Avaliação da Efectividade das ONGs na Ajuda ao Desenvolvimento. A nona foca na relação entre ONGs, Governo e Sector privado no apoio ao desenvolvimento. A décima e última analisa os desafios das ONGs no apoio ao desenvolvimento.

2.1. Quadro conceptual

A presente secção apresenta os conceitos fundamentais para uma melhor compreensão do assunto em pesquisa.

2.1.1. Organização Não Governamental (ONG)

O conceito de ONG é de difícil abordagem por causa da sua semelhança com outros termos/conceitos. Na literatura consultada mostra uma relação entre os conceitos ONG, sociedade civil, organizações sem fins lucrativos. “Esses termos se usados de forma intercambiada podem, simplesmente, reflectir referências pessoais, em vez de rigor analítico, ou a linguagem de diferentes sociedades, culturas e histórias nas quais as ONGs surgiram”²⁰.

LEWIS, KANJI e THEMUDO afirmam, por exemplo, que o termo organização sem fim lucrativo é comumente usado nos Estados Unidos da América, onde organizações que seguem fins comerciais e lucrativos recebem benefícios fiscais por

²⁰ LEWIS, David, KANJI, Nazneen and THEMUDO, Nuno S. (2021) Non-Governmental Organizations and Development, 2 edition, Routledge, London, p. 8.

demonstrarem empenho e compromisso com a causa pública. Já o termo ONGs é tendencialmente usado para referir o conjunto de organizações que trabalham em prol do progresso dos países em desenvolvimento. O seu surgimento está associado a conferência de São Francisco, onde se reconheceu a relevância das ONGs no apoio ao desenvolvimento²¹.

Ao nível nacional, a liberdade de associação é regulada na Lei 08/91, de 18 de Julho, onde se usa o termo associação, reservando o direito de autorizar o estabelecimento e funcionamento de associações nacionais e estas filiadas à estrangeiras.

O Instituto Nacional de Estatísticas (INE) manuseia o conceito de organizações sem fins lucrativos, sem avançar o significado do termo. Inclusive produz censos dessas organizações, sendo o último publicado em 2015. Curiosamente, o relatório do censo de 2015 fala de existência de organizações não-governamentais (ONGs), mas não explica a abrangência do conceito.

Eys²² afirma que as ONGs fazem parte da sociedade civil. Porém, reconhece haver dificuldade da conceituação da sociedade civil. Geralmente, entende-se por “sociedade civil as formas de organização cidadã que não se insere nem no sector estatal nem no sector privado, ou seja, globalmente, o meio associativo”²³.

Um outro termo usado é o de organização do terceiro sector. Tem sido comum no seio da literatura afirmar-se que as ONGs fazem parte do terceiro sector.

Fischer define terceiro sector como espaço constituído por organizações privadas, sem fins lucrativos, cuja atuação é direcionada para finalidades colectivas ou públicas.

Kisil, por sua vez, entende terceiro sector como o conjunto de iniciativas privadas com fins públicos. Essas iniciativas podem ser observadas através de movimentos, associações e organizações não-governamentais²⁴.

Como se pode deprender, existe diversos termos usados para nomear as organizações não-governamentais. A definição desses termos não oferece consenso no meio dos autores. Denota a intrínseca relação que existe entre ambos, pois qualquer tentativa de definição de cada termo, sempre se faz menção dos outros.

²¹ LEWIS, KANJI and THEMUDO. (2021), op.cit. .

²² EYS (2008), op.cit.

²³ HEMORIN, Janaína (2005) As organizações da sociedade civil em Moçambique: actores em movimento, Embaixada da França, Maputo, p. 12.

²⁴ AMADE, Ali Alije (2008) Avaliação organizacional de organizações sem fins lucrativas: o caso da Adra em Moçambique, monografia, Universidade Eduardo Mondlane.

Na tentativa de propor uma definição, VAKIL afirma que as ONGs são “organizações autogovernadas, privadas, sem fins lucrativos, voltadas para melhorar a qualidade de vida das pessoas desfavorecidas²⁵.”

Também define-se ONGs como:

“instituições sem fins lucrativos, independentes dos Estados, tendo muitas delas uma actividade de solidariedade e cooperação com os países mais pobres do mundo, promovendo acções e projectos, conjuntamente com as populações e organizações locais, contribuindo, desta forma, para que esses países sejam actores do seu próprio desenvolvimento”²⁶.

Essa definição foca nas ONGs internacionais que desenvolvem actividades de solidariedade e cooperação com os países desfavorecidos. Para a presente pesquisa, as ONGs são entendidas como entidades sem fins lucrativos, independentes do governo, que tem como objectivo trabalhar para melhorar as condições de vida da sociedade em áreas como direitos humanos, meio ambiente, saúde, educação, cultura, entre outras.

As ONGs operam de forma independente e geralmente são financiadas por doações privadas, doações governamentais ou por meio de parcerias com outras organizações. As ONGs podem trabalhar local, regional ou internacionalmente e são geralmente compostas por uma equipa de voluntários ou funcionários que trabalham em projectos específicos para ajudar a atingir seus objectivos. As ONGs desempenham um papel importante na defesa dos direitos e necessidades dos grupos marginalizados e são frequentemente uma voz para os sem voz na sociedade.

2.1.2. Desenvolvimento

Desenvolvimento é um conceito complexo e em evolução que pode ser entendido de diferentes maneiras em diferentes contextos. Tem uma origem multifacetada, refletindo as mudanças sociais, económicas e políticas ao longo do tempo. Inicialmente, o desenvolvimento esteve associado ao crescimento económico e a industrialização durante a revolução industrial. Tem relação intrínseca com o projecto de modernismo europeu cujo foco era a ruptura com as tradições, em favor da valorização da ciência, da

²⁵ VAKIL (1997) apud LEWIS, David, KANJI, Nazneen and THEMUDO, Nuno S. (2021), op.cit, p. 12.

²⁶ <http://www.plataformaONGD.pt/ONGD.aspx>

razão e do progresso. O conceito de desenvolvimento surge, inicialmente, associado ao processo de industrialização e modernização que estava ocorrendo nos países europeus²⁷.

Esse conceito de desenvolvimento encontra eco na teoria Walt Whitman Rostow que propõe um modelo de desenvolvimento em cinco estágios, que começa de uma “sociedade tradicional”, passando pelas “precondições para o arranco ou decolagem” que consistem na ruptura com as formas tradicionais e adoção de formas modernas de produção baseadas na produção industrial, “o arranco, a marcha para maturidade” e por fim “era do consumo em massa”²⁸.

Rostow teve uma concepção economicista, sendo o desenvolvimento visto numa perspectiva de crescimento económico que devia ser alcançado através da industrialização dentro da lógica de “*one size fits all*”, pressupondo que, seguindo os mesmos estágios do desenvolvimento dos países europeus, todos os países do mundo podiam, igualmente, alcançar o desenvolvimento.

Com o tempo, o conceito de desenvolvimento evoluiu e se diversificou, dando origem a diferentes teorias e abordagens. O economista indiano Amartya Sen criticou essa abordagem e propôs uma visão mais ampla de desenvolvimento, que leva em conta não apenas o crescimento económico, mas também aspectos como a redução da pobreza, o acesso à educação e saúde e a promoção da igualdade de gênero. O autor afirma que o desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição enquanto agentes de sua própria mudança²⁹. Para o Sen o desenvolvimento implica a expansão das liberdades substantivas dos homens e suas capacidades de fazer escolhas conscientes.

Outro marco importante foi a introdução do conceito de Desenvolvimento Sustentável. O Relatório Brundtland, também conhecido como "Nosso Futuro Comum" (1987), definiu desenvolvimento sustentável como “o desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender

²⁷ FERREIRA, Bárbara e RAPOSO, Rita, Evolução do(s) Conceito(s) de Desenvolvimento. Um Roteiro Crítico, Caderno de Estudos Africanos, Centro de Estudos Internacionais, Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), 2017, p. 113-144.

²⁸ Da CONCEIÇÃO, Ariane Fernandes, De OLIVEIRA, Cintia Gonçalves e De SOUSA, Dércio Bernardes (2016) Rostow e os estágios para o desenvolvimento. In NIEDERLE, Paulo André e RADOMSKY, Guilherme Francisco W. (Org, 2016) Introdução às teorias do desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, p. 13.

²⁹ SEN, Amartyan (2010) apud Da Conceição, De Oliveira e de Sousa (2016), op.cit, p. 54.

às suas próprias necessidades”³⁰. Autores como Herman DALY³¹, em “*Beyond Growth: The Economics of Sustainable Development*” (1996), contribuíram para essa perspectiva, destacando a importância de considerar os limites ecológicos.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) introduziu o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que avalia não apenas a renda, mas também a educação e a expectativa de vida.

O conceito de desenvolvimento é dinâmico, refletindo as transformações na sociedade e nas preocupações globais. De uma perspectiva unicamente econômica, o desenvolvimento evoluiu para abranger dimensões sociais, ambientais e culturais, incorporando valores de equidade, justiça e sustentabilidade.

O conceito de desenvolvimento deve ser entendido como um processo de longo prazo que visa melhorar a qualidade de vida das pessoas, garantindo-lhes acesso a recursos e oportunidades que lhes permitam realizar seu potencial humano e contribuir para o desenvolvimento de sua comunidade e do mundo como um todo. Para alcançar esse objetivo, é necessário adotar uma abordagem integrada que leve em conta as diferentes dimensões do desenvolvimento, como econômica, social, ambiental e cultural, bem como a diversidade das sociedades e culturas em todo o mundo.

2.2. Quadro teórico

Nesta seção apresenta-se as teorias fundamentais para a leitura e interpretação do assunto em análise, mostrando sua gênese, defensores e principais teses. E por fim fundamenta-se sua relevância para a interpretação e análise dos resultados do estudo.

2.2.1. Teoria da sociedade civil

Para a leitura e interpretação do contributo das ONGs na ajuda ao desenvolvimento será usada a teoria da sociedade civil. Esta teoria tem sua gênese na filosofia política e social. A teoria da sociedade civil ganhou relevância com as contribuições de filósofos e pensadores ao longo da história, especialmente durante o iluminismo e a tradição do pensamento político liberal. Filósofos como John Locke,

³⁰ Comissão Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1991) *Nosso Futuro Comum*, 2ª ed, Editora da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, p. 41. Disponível em https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4245128/mod_resource/content/3/Nosso%20Futuro%20Comum.pdf. Consultado aos 19/12/2023.

³¹ DALY, Herman (1996) *Beyond growth: the economics of sustainable development*, Beacon Press, Boston.

Alexis Tocqueville, Jürgen Habermas e António Gramsci contribuíram para o desenvolvimento da teoria da sociedade civil³².

Em geral, os defensores da teoria da sociedade civil enfatizam a importância de uma esfera social autónoma e activa na promoção do bem comum e no controle do poder estatal. John Locke, por exemplo, defendia a importância da sociedade civil como uma forma de proteger os direitos naturais dos indivíduos e limitar o poder absoluto do Estado que tende, em certas vezes, valer-se das estruturas formais e legalmente constituídas para defender os interesses particulares de um grupo de indivíduos (minoría) em detrimento da maioria. Na visão de Locke, a sociedade civil teria a função de frear o poder absoluto e coercivo do Estado em prol da garantia das liberdades individuais³³.

Tocqueville desafiou o papel crucial das associações voluntárias na sociedade civil como um meio de promover a participação cívica, a solidariedade e a prevenção do despotismo; António Gramsci enfatizou a sociedade civil como um campo de luta política, onde grupos e classes sociais poderiam desafiar a hegemonia cultural e ideológica do Estado; Jürgen Habermas desenvolveu a teoria da acção comunicativa e argumentou que a sociedade civil é um espaço de diálogo racional e debate público, essencial para uma democracia saudável.

Como se pode depreender a sociedade civil é vista como um domínio separado e independente do Estado, onde os cidadãos podem se organizar e agir livremente. É um espaço para promoção da participação activa dos cidadãos na vida pública, incentivando a formação de associações, grupos de interesses e movimentos sociais que desempenhem um papel importante na defesa dos direitos e liberdades fundamentais dos indivíduos e na promoção da justiça social. É um mecanismo através do qual, os cidadãos podem monitorar e fiscalizar o Estado, garantindo que ele não abuse do poder e se mantenha responsável perante a sociedade³⁴.

É importante ressaltar que a teoria da sociedade civil continua sendo debatida e reinterpretada por diferentes estudiosos ao longo do tempo. As perspectivas e ênfases podem variar, mas em geral, a ideia central é que a sociedade civil desempenha um papel crucial na construção de uma sociedade mais democrática, participativa e justa.

³² RAMOS, Leonardo Cesar Sousa (2005) A sociedade civil em tempos de globalização: uma perspectiva neogramsciana, Tese, Doutorado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

³³ RAMOS (2005) op.cit., pp. 80-81.

³⁴RAMOS (2005) op.cit., p. 81?

A teoria da sociedade civil ajuda a perceber que as ONGs, enquanto parte da sociedade civil, cumprem um papel fundamental nos esforços do desenvolvimento, pois, para além de implementar e apoiar os projectos e programas de desenvolvimento em parceria com outros parceiros nacionais e internacionais, pode mobilizar a sociedade para maior participação nessas iniciativas, assegurando a monitoria e fiscalização da acção estatal e de outras forças vivas do mercado, em prol da justiça social.

A teoria da sociedade civil é coadjuvada pela teoria do desenvolvimento participativo.

2.2.2. Teoria do desenvolvimento participativo

A ideia do desenvolvimento participativo enfatiza a importância da participação activa das pessoas abrangidas pelos projectos de desenvolvimento nas decisões que as afectam. Essa abordagem busca capacitar as comunidades locais, envolvendo-as no processo de planeamento, implementação e monitoramento de iniciativas de desenvolvimento, a fim de garantir resultados mais sustentáveis e equitativos³⁵.

A génese da teoria do desenvolvimento participativo pode ser traçada a partir de experiências práticas e de pensadores que se dedicaram ao estudo das questões de desenvolvimento e participação social. Dentre os defensores desta teoria destaca-se Paulo Freire, educador brasileiro que desenvolveu a pedagogia do oprimido, enfatizando a importância da conscientização e da participação activa das pessoas no processo de mudança social e desenvolvimento³⁶.

O economista indiano Amartya Sen destaca a importância do empoderamento e da participação das pessoas no desenvolvimento humano. Ele argumenta que o desenvolvimento deve ser visto como uma expansão das capacidades das pessoas, permitindo-lhes exercer sua liberdade e buscar seus próprios objectivos³⁷.

Os defensores da teoria do desenvolvimento participativo destacam a importância de uma abordagem *bottom-up* (de baixo para cima) no processo de desenvolvimento, onde as comunidades locais são reconhecidas como agentes activos e participantes fundamentais. As comunidades locais devem ter voz activa e serem envolvidas em todas

³⁵ FRAGOSO, António, *Desenvolvimento Participativo: uma sugestão de reformulação conceptual*, Revista Portuguesa de Educação, 2005, vol. 18, núm. 1, pp. 23-5.

³⁶ FREIRE, Paulo (1987) *Pedagogia do oprimido*, 17ª. ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro.

³⁷ DA SILVA, João Oliveira Correia, Amartya Sen, o desenvolvimento como liberdade, Faculdade de Economia do Porto. Disponível em https://www.fep.up.pt/docentes/joao/material/desenv_liberdade.pdf.

as fases do processo de desenvolvimento, desde o planeamento até a implementação e avaliação.

Michener³⁸ fala de duas modalidades de participação. A primeira considera de genuína participação e dá lugar a várias situações, sendo uma delas o empoderamento através do qual os cidadãos ganham controle directo sobre as actividades dos projectos de desenvolvimento, até cooperação, que compreende a parceria” e por fim a delegação do poder. A segunda modalidade consiste na pseudo-participação que constitui um instrumento bastante usado nas práticas de assistencialismo e domesticação. Consiste, fundamentalmente, em processos de consultas e busca de informações, não permitindo uma efectiva participação.

A abordagem do desenvolvimento participativo enfatiza a parceria e o empoderamento das comunidades, permitindo que elas exerçam controlo sobre suas próprias vidas e tomem decisões que afetam seu desenvolvimento. É nesse contexto que é de extrema importância o reconhecimento e valorização das perspectivas, conhecimentos e práticas das comunidades locais, levando em consideração suas necessidades, aspirações e contextos culturais³⁹.

A teoria destaca a importância da colaboração entre diferentes actores, incluindo governos, organizações não-governamentais, sector privado e sociedade civil, para promover o desenvolvimento participativo de forma efectiva. Busca alcançar resultados sustentáveis e equitativos, levando em conta as dimensões económicas, sociais e ambientais do desenvolvimento.

É importante ressaltar que a teoria do desenvolvimento participativo reconhece que cada contexto de desenvolvimento é único e que a participação pode ser exercida de diferentes maneiras, dependendo das características e necessidades locais.

A teoria do desenvolvimento participativo oferece subsídios para a análise do grau da participação das comunidades locais ou abrangidas pelas iniciativas de desenvolvimento galvanizadas pela ARES. Oferece lentes para a análise dos esforços empreendidos pela ARES em vista maior participação das comunidades locais nas iniciativas por esta implementadas.

³⁸ MICHENER (1998) apud SALVIANI, Roberto, Desenvolvimento, antropologia e “participação”. Uma proposta de reflexão crítica, Anuario Antropologico, 2010, v. 35, n. 1, 227-261. Disponível em <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/7446035.pdf>.

³⁹ FRAGOSO (2005), op.cit.

2.3. A emergência das ONGs no mundo

O surgimento das Organizações Não Governamentais (ONGs) tem uma explicação diferenciada. O que motiva o surgimento das ONGs está associado à vontade humana de ajudar ao próximo, sem esperar nada em troca. A prática de ajuda ao próximo não é recente. Afirma-se que “as primeiras civilizações egípcias desenvolveram um código moral com base na justiça social. Os faraós fizeram contribuições para propiciar abrigo, roupa e pão aos pobres”⁴⁰.

CAMARINI acrescenta que, no período entre os anos 274-232 a.C., o imperador Asoka, da Índia, “construiu instalações médicas, cavou poços e plantou árvores para o deleite do povo”⁴¹. Depreende-se que a prática de ajuda é antiga, estando associada à caridade, assente na ideia de amor ao próximo.

O termo ONG é usado pela primeira vez na Carta das Nações Unidas nos meados da década 1940⁴². O termo foi usado para designar um conjunto de associações e instituições com uma relativa autonomia em relação ao governo, e que também não se identificam como empresas de direito privado, uma vez que, não visam o lucro. Porém, prestam serviços de interesse público.

As ONGs ancoram-se na ideia de solidariedade para com as comunidades carenciadas. Giulia Mauri argumenta que a Segunda Guerra Mundial provocou muitos estragos no tecido social e económico mundial. Esses estragos motivaram o surgimento de várias organizações que se dispuseram prestar apoio necessário para aliviar o sofrimento das populações abrangidas⁴³.

MAURI acrescenta que, a acção da igreja foi, de certa forma, crucial para a tomada de consciência sobre a necessidade de algo fazer para o alívio do sofrimento das comunidades carenciadas, incluindo para o surgimento das ONGs⁴⁴. Não obstante, a falta de referências em termos de nomes das primeiras ONGs e de datas, há relatos de que pessoas ligadas à igreja, constituído por missionários católicos, desempenharam um papel preponderante na consciencialização da comunidade internacional para apoiar o

⁴⁰ HUDSON (1999) *apud* CAMARINI, Gladis, CHAMON, Edna Maria Querido de Oliveira e Charnet, Emerson (s/d) Evolução e história das organizações sem fins lucrativos, p. 221. Disponível em https://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2006/epg/05/EPG00000554%20ok.pdf. Consultado aos 08/02/2023.

⁴¹ *Ibidem*, p. 221.

⁴² DIAS, Marcelo Miná (2004) As ONGs e a construção de alternativas para o desenvolvimento rural: um estudo a partir da Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA), Tese, Doutorado, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, p. 18.

⁴³ MAURI (2012), *op.cit.*

⁴⁴ *Ibidem*

desenvolvimento dos países africanos que se encontravam em situações deploráveis após as suas independências.

Depois das independências africanas, a partir dos anos 60, muitos missionários católicos ficaram sem apoio logístico que vinham recebendo da administração colonial. Foi a partir deste momento que se viram obrigado a interceder juntos das suas comunidades e congregações de origem para solicitarem apoio financeiro. Relata-se que cidadãos de fé católica constituíram-se em associações para sensibilização da comunidade internacional sobre os problemas de desenvolvimentos vividos em países menos desenvolvidos⁴⁵.

Os partidos políticos, assim como pessoas saídas das universidades são referenciadas também como tendo desencadeado movimentos de apoio às comunidades desfavorecidas⁴⁶. Surgiram movimentos juvenis com ligações partidárias e outros com ligações estudantis, apoiando e apelando a libertação dos países colonizados. Aliás, o movimento que conduziu à independência da maior parte dos Estados Africanos partiu da consciência dos poucos intelectuais que se encontravam fora do país por motivos de estudos. Eduardo Mondlane afirma, por exemplo, que a Liga Africana, uma organização que serviu para unir os moçambicanos em prol do movimento libertário, foi constituído por poucos estudantes africanos que se encontravam em Lisboa⁴⁷.

Foi através dos esforços internacionais de promover o progresso dos países em desenvolvimento que o trabalho das ONGs ganhou maior importância⁴⁸. Alguns países europeus enfrentaram diversas dificuldades após a segunda guerra mundial. Maior parte dos países africanos que acabavam de conquistar as suas independências encontravam-se numa situação de desfavorecidos. Essa situação contribuiu para o desenvolvimento de um sentimento de solidariedade internacional. Organismos públicos e privados ficaram sensibilizados, iniciando uma campanha de ajuda aos países necessitados. Os Estados Unidos da América, por exemplo, anunciaram o Plano Marshall, um programa de ajuda que tinha como finalidade fornecer fundos para a reconstrução da Europa depois da Segunda Guerra Mundial.

⁴⁵ MAURI (2012), op.cit., p. 19.

⁴⁶ LADIM, Leilah (1993) A invenção das ONGs: do serviço invisível à profissão impossível, Tese, Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, p. 65.

⁴⁷ MONDLANE, Eduardo (1995) Lutar por Moçambique. 1ª edição, colecção Nosso Chão, Centro de Estudos Africanos, p. 90.

⁴⁸ MAURI (2012), op.cit.

A *Cooperative for American Remittances to Europe* (CARE), uma ONG internacional que se dedica a salvar vidas, derrotar a pobreza e alcançar a justiça social, surge nessa sequência, concretamente em 1945, meses depois do fim da Segunda Guerra Mundial. A organização presta assistência alimentar e humanitária em quase todos países do mundo, tendo, inicialmente, prestado assistência a países europeus⁴⁹.

O número de Organizações Não Governamentais que surgem em nome do desenvolvimento das comunidades desfavorecidas cresceu em número e em recursos ao nível local, nacional, regional e internacional. Estima-se existir cerca de 10 milhões de ONGs em todo mundo⁵⁰. Dados do Índice de Filantropia e Remessas Globais de 2016 mostram que, as organizações filantrópicas, onde se enquadram as ONGs, movimentaram cerca de US 64.4 biliões de dólares norte americanos no período entre 1992 e 2014⁵¹. Acredita-se que esse montante foi alocado aos programas e projectos de assistência social, visando o progresso dos países menos desenvolvidos e o bem-estar das populações carenciadas.

Quando se espera que, as accões de ajuda ao desenvolvimento, e em particular das ONGs são, teoricamente, para aliviar o sofrimento das comunidades desfavorecidas, na prática, estudos mostram que os interesses das organizações que prestam ajuda se sobrepõem aos dos beneficiários. Manccini afirma que, o plano Marshall referenciado como um exemplo de ajuda ao desenvolvimento, particularmente para a reconstrução da Europa após a Segunda Guerra Mundial foi um mecanismo usado pelos Estados Unidos para conter a expansão do regime comunista. Os EUA queriam que a Europa adoptasse o capitalismo, requisito fundamental para as trocas comerciais entre ambos, assegurando mercado para os seus excedentes produtivos⁵².

Se, por um lado, enaltece-se a contribuição das ONGs para o progresso das comunidades em situação de vulnerabilidade social e económica, por outro, há questionamento sobre efectividade do seu trabalho no que toca ao combate à pobreza e desigualdades sociais.

⁴⁹ <https://www.care.org/pt/about-us/our-history/> Consultado aos 07/02/2023.

⁵⁰ <https://www.prnewswire.com/news-releases/25-fatos-e-estatisticas-sobre-ongs-ao-redor-do-mundo-por-edmar-lastoria-814455750.html> consultado ao 07/02/2023.

⁵¹ HUDSON INSTITUTE (2016), The Index of Global Philanthropy and Remittances. Disponível em <https://s3.amazonaws.com/media.hudson.org/files/publications/201703IndexofGlobalPhilanthropyandRemittances2016.pdf> consultado aos 07/02/2023.

⁵² MANCCINI, Giulia (2013) Cooperação internacional para o desenvolvimento: mecanismos, história e eficácia.

Alguns questionamentos das quais as ONGs tem sido alvo, tem a ver com a utilização dos recursos solicitados/doados em nome das comunidades carenciadas para fins alheios a estas. Há relatos de distribuição indiscriminada entre os responsáveis das ONGs dos recursos destinados a ajudar as comunidades desfavorecidas. Alega-se que os recursos do desenvolvimento são canalizados para a classe abastada, ligada às ONGs, em detrimento das comunidades realmente carenciadas. Hudson assegura que:

“O desvio de recursos pelas instituições também é antigo, pois em 1601 a rainha Elizabeth I aprovou uma lei sobre uso das doações de caridade, autorizando ao chanceler que investigasse o mau uso dos fundos de caridade. Esta lei elencava quais eram as atividades que podiam receber recursos para caridade”⁵³.

Como se pode depreender, a preocupação com o desvio de aplicação dos recursos canalizados para o progresso das populações desfavorecidas é antiga, quanto é o esforço de reduzir essas práticas. No âmbito da ajuda ao desenvolvimento, questiona-se, por exemplo, a eficácia e eficiência da ajuda prestada pelos países desenvolvidos, pois, apesar do aumento do número de organizações e recursos envolvidos na ajuda ao progresso, a pobreza e o bem-estar social da população dos países tendem a aumentar.

Defende-se que a ajuda tem sido como uma moeda de troca, da qual os doadores, incluindo as ONGs usam para a satisfação dos seus interesses. Para as ONGs, os interesses são de satisfação da elite a elas ligada.

2.4. O surgimento das ONGs em Moçambique

O movimento associativo como o ponto de partida para surgimento da ONG é antigo em qualquer parte do mundo, Moçambique em particular. Tinie⁵⁴ refere que o surgimento das ONGs em África, em particular em Moçambique está associado à “*sociedade providência*”, conceito cunhado pelo sociólogo português Boaventura Sousa Santos. Santos descreve a sociedade providência como “as redes de interconhecimento, reconhecimento mútuo e de entreatajuda através dos laços de parentesco e vizinhança, através das quais pequenos grupos sociais trocam bens e serviços numa base não mercantil e com uma lógica de reciprocidade”⁵⁵.

⁵³ HUDSON (1999) *apud* CAMARINI, Gladis, CHAMON, Edna Maria Querido de Oliveira e Charnet, Emerson (s/d) Evolução e história das organizações sem fins lucrativos. Disponível em https://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2006/epg/05/EPG00000554%20ok.pdf. Consultado aos 08/02/2023.

⁵⁴ EYS, Tinie Van (2002) Solidariedade com os pobres ou comércio no mercado do desenvolvimento? As organizações não governamentais em Moçambique, Fórum das ONGs, Maputo, Junho de 2001.

⁵⁵ SANTOS, Boaventura Sousa (1991) State, wage relations and social welfare in the simiperiphery: the case of Portugal, Oficinas do CSC n° 23, p. 37.

Para Santos, o movimento associativo como alicerce para a construção de qualquer ONG surge dessas relações de “parentesco e vizinhança”, das quais a família, a igreja, a escola, enfim a comunidade faz parte. Pese embora, a organização e estruturação dessas organizações seja relativamente baixa, funcionam dentro de um conjunto de regras morais e costumeiras que são a base para o desenvolvimento do indivíduo e da sociedade. Refere-se que, associações e agrupamentos são criados na base da sociedade e nas comunidades rurais e urbanas e que eles actuam em benefício dos seus membros⁵⁶.

No período colonial, alguns moçambicanos constituíram-se em associações de indígenas, agremiações, casas de cultura e sindicatos para salvaguardar e promover a sua identidade cultural e social. Não obstante, a constituição dessas associações ter sido feita na clandestinidade perante um regime colonial opressor, desempenharam um papel importante na luta pela independência nacional⁵⁷. O Grémio/ Associação Africana, o Centro Associativo dos Negros da Colonia de Moçambique e o Núcleo de Estudantes Secundários Africanos de Moçambique (NESAM) são exemplo de movimento associativo surgido em Moçambique durante o período colonial.

Com a conquista da independência nacional em 1975, o movimento associativo conheceu um relativo abrandamento. As únicas associações que foram estabelecidas nesse período foram as que tivessem uma ligação político partidária. NYS afirma que poucos anos depois da conquista da independência nacional foram estabelecidas as “organizações democráticas de massa (ODM)”, com objectivo de mobilizar a população para os trabalhos de reconstrução nacional. Dentre essas organizações destaca-se as seguintes: Organização dos Trabalhadores de Moçambique (OTM), Organização da Mulher Moçambicana (OMM), Organização da Juventude Moçambicana (OJM) e Organização Nacional de Jornalistas (ONJ), entre outras que, por definição, funcionavam como “braços sociais” do partido Frelimo⁵⁸. O autor acrescenta que, quando fosse permitido o funcionamento de organizações privadas, o controlo era tão cerrado que colocava em causa o princípio da liberdade. Por causa do aperto do partido-estado, as organizações acabavam por se submeter a lógica partidária.

As sucessivas crises financeiras e económicas que Moçambique experimentou após a independência nacional, por volta da década 80 obrigaram o país a abandonar o

⁵⁶ EYS (2002), *op.cit.*, p. 146.

⁵⁷ *Ibidem*.

⁵⁸ ADAM (1997) *apud* NIPASSA, Orlando Júlio André (2016) *Autonomia e dependência da sociedade civil no processo de desenvolvimento humano em Moçambique*. Tese, Doutoramento, Instituto Universitário de Lisboa, p. 36.

modelo socialista que limitava a actuação do sector privado, centralizando e concentrando tudo nas mãos do Estado. O Estado se viu obrigado a recorrer as instituições de *Bretton Woods*, nomeadamente o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) para obter apoio financeiro para financiar a economia, abrindo assim a economia para actuação das forças do mercado⁵⁹. Afirma-se ter sido a partir desse período que muitas ONGs sobretudo americanas começaram a se estabelecer em Moçambique. A liberalização da entrada das organizações americanas em Moçambique era uma das condições impostas pelas instituições internacionais para conceder apoio ao país⁶⁰.

Nys afirma que o ambiente político e económico que se viveu em Moçambique nos anos 80 foi fundamental para afirmação das ONGs, destacando os seguintes factores:

- a) O Estado mostrou cada vez mais a sua incapacidade de promover e organizar o desenvolvimento como actor único;
- b) Sob forte pressão dos doadores e já na onda das políticas neoliberais;
- c) O governo viu-se obrigado a criar abertura e espaço para a existência de organizações moçambicanas privadas que pudessem intervir no desenvolvimento económico e social do país,
- d) Os doadores, tanto as agências multi- e bilaterais, como as ONGs internacionais, tendem a transferir o foco da sua ajuda das instituições estatais para o sector civil, e ainda;
- e) A existência de um grupo de cidadãos moçambicanos com vontade e disponibilidade para se aventurar na criação de uma ONG nacional.

Como se pode depreender, são vários os factores que contribuíram para a afirmação das ONGs em Moçambique. Parte desses factores está em consonância com as motivações que influenciaram o surgimento das ONGs ao nível global, conforme referido acima.

No que diz respeito as primeiras ONGs que se instalaram em Moçambique, Ngomane aponta a Cruz Vermelha como sendo uma das primeiras ONGs a se estabelecer no país em 1981, seguida da Visão Mundial e *Save the Children*, tendo o movimento de ONGs internacionais a operar em Moçambique aumentado até ao final da década 80⁶¹.

A aprovação do Programa de Reajustamento Estrutural (PRE) pelas instituições de *Bretton Woods* nos finais da primeira e início da segunda metade da década 80 marcou,

⁵⁹ CASTEL-BRANCO (2017), op.cit.

⁶⁰ HANLON (1996) *apud* NYS (2002), op.cit.p. 147.

⁶¹ NGOMANE (2002) *apud* MAURI (2013), op.cit.

de certa forma, a aceitação de Moçambique como membro dessas instituições e consequentemente a entrada do país no sistema de economia do mercado.

Todavia, a oficialização da actuação da iniciativa privada foi feita através da Constituição da República de 1990 ao estabelecer que a ordem económica da República de Moçambique assenta na valorização do trabalho, nas forças do mercado, na iniciativa dos agentes económicos, na participação de todos tipos de propriedade e na acção do Estado como regulador e promotor do crescimento e desenvolvimento económico, visando a satisfação das necessidades básicas da população e a promoção do bem-estar social⁶².

O artigo 75 da Constituição da República de 1990 preceitua que:

1. Os cidadãos gozam da liberdade de associação.
2. As organizações sociais e as associações têm o direito de prosseguir os seus fins, criar instituições destinadas a alcançar os seus objectivos específicos e possuir património para a realização das suas actividades, nos termos da lei.

Em 1991 foi aprovada a Lei 8/91 de 18 de Julho, lei que regula o direito à livre associação. O artigo 1 desta lei estabelece que “poderão constituir-se em associações de natureza não lucrativa cujo fim esteja conforme os princípios constitucionais em que assenta na ordem moral, económica e social do país e não ofendam direitos de terceiros e do bem público”. Depreende-se que as ONGs têm o estatuto legal de associação.

O número 1 do artigo 17 da mesma lei, autoriza o funcionamento das associações estrangeiras em solo pátrio, “desde que não contrariem os princípios da ordem pública nacional e solicitem ao Governo”. É com base nesses instrumentos e orientações jurídico-legais que as ONGs actuam em Moçambique. Uma actuação que, peso embora tenha conhecido a sua legalização em 1990, iniciou um pouco antes, na década 80.

O número de ONGs vem crescendo de forma galopante. Dados do segundo Censo Nacional de 2014-2015 mostram que nesse período existia cerca de 11 178 organizações sem fins lucrativos em Moçambique. Maior parte dessas organizações assume-se como associações (50%), confissões religiosas (23%). Existem 285 o equivalente à 7% de instituições sem fins lucrativos que assumem a natureza de organizações não-

⁶² ABREU, António Pinto (2009). Financiamento à cultura: desafios e oportunidades. In Conferência Nacional da Cultura de 2009.

governamentais. Desse número de ONGs, 53% são nacionais, 32% estrangeiras e 15% são instituições não classificadas⁶³.

Nys explica que o alvo das ONGs é a pobreza, dirigindo as suas acções para as classes vulneráveis e necessitadas. Para especificar, algumas ONGs direccionam as suas acções para mulheres rurais, crianças desamparadas, idosos, etc. Todavia, o autor questiona o facto de, apesar de terem como alvo as zonas e classes mais carenciadas, estarem mais concentradas em distritos onde os índices da pobreza são menores em detrimento dos que apresentam maiores taxas⁶⁴.

Em termos de serviços prestados, as instituições sem fins lucrativos prestam diversos serviços, podendo destacar-se serviços comerciais; cultura e recreação; desenvolvimento e habitação; pesquisa e educação; lei, advocacia e política; meio ambiente; religião, serviços sociais, saúde e acção social, entre outros⁶⁵.

2.5. Aspectos jurídicos e legais das ONGs

As ONGs fazem parte do universo das organizações sem fins lucrativos e tem o seu enquadramento legal a partir da Carta das Nações Unidas de 1945, adoptada em São Francisco, nos Estados Unidos da América, como o principal órgão judiciário da Nações Unidas.

A Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, no seu preâmbulo faz referência a Carta das Nações Unidas e a Declaração Universal dos Direitos Humanos, demonstrando o alinhamento do continente africano com estes instrumentos legais e internacionais.

O direito associativo ao nível do continente africano está consagrado na Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, Parte I, dos Direitos e dos Deveres; Capítulo I dos Direitos Humanos e dos Povos, o número 1 do Artigo 10º refere que: *Toda pessoa tem direito de constituir, livremente, com outras pessoas, associações, sob reserva de se conformar com as regras prescritas na lei*; por sua vez, no número 2 do mesmo artigo diz: *Ninguém pode ser obrigado a fazer parte de uma associação...*

⁶³ MOÇAMBIQUE, Instituto Nacional de Estatísticas (INE, 2017) As Instituições sem fins lucrativos em Moçambique: Resultados do segundo Censo Nacional (2014 – 2015).

⁶⁴ NYS (2008), op.cit., 149.

⁶⁵ INE (2017), op.cit.

O direito a livre associação constitui uma garantia básica da realização pessoal dos indivíduos na vida em sociedade e está estabelecido nos n.ºs 1 e 2 do Artigo 52.º da Constituição da República de Moçambique como uma das liberdades fundamentais dos cidadãos.

Neste contexto, foi necessário determinar as regras para que esse direito pudesse ser exercido, sem chocar com os demais princípios e direitos fundamentais.

Em Moçambique, o regulamento das associações sem fins lucrativos é, essencialmente, a Lei n.º8/91 de 18 de Julho, Lei das associações sem fins lucrativos, resumindo-se a este instrumento o seu regime jurídico.⁶⁶

Recentemente o Conselho de Ministros aprovou uma proposta de Lei das Organizações sem fins lucrativos que levantou muitas preocupações na sociedade civil, em especial nas associações, relativamente as reais motivações por detrás da proposta de Lei.⁶⁷

Há muito tempo que a presente Lei das associações em Moçambique precisa ser revista para adequá-la ao contexto e realidade actuais. No entanto, esta proposta de Lei não representa o processo de revisão que se pretende e não vem simplificar os procedimentos ou ainda promover uma maior e melhor participação dos cidadãos no desenvolvimento do país, pelo contrário, ela reduz os direitos e liberdades constitucionalmente constituídos.⁶⁸

Sendo elas as visadas, não houve envolvimento das organizações da sociedade civil no processo da proposta de revisão da Lei das associações sem fins lucrativos.

Foram apresentados como fundamentos para a proposta de revisão da Lei, maior controlo das associações e das suas actividades, o combate ao terrorismo e ao branqueamento de capitais, todavia, estes argumentos não procederam por falta de demonstração através de evidências concretas da conexão entre estes fenómenos alegados e as associações sem fins lucrativos.

As liberdades e direitos consagrados na Constituição da República de Moçambique não são absolutos e, portanto, podem ser restringidos, desde que estes sejam devidamente fundamentadas, com base em análises profundas e evidências concretas que desmostram o risco.

⁶⁶ Carta de Moçambique, <https://cartamz.com>, 29/09/2022

⁶⁷ Carta de Moçambique, <https://cartamz.com>, 29/09/2022.

⁶⁸ Human Rights Watch, www.hrw.org, 24/02/2023.

Por exemplo no Artigo 33 da proposta de Lei obriga que as associações sem fins lucrativos apresentem para diversos órgãos do governo os seus relatórios de actividades e financeiro no primeiro trimestre de cada ano, e a não apresentação deste por duas vezes consecutivas determina a extinção da associação.

As associações sem fins lucrativos que recebem financiamento para o seu funcionamento apresentam um plano de trabalho, um acordo ou contrato com os financiadores, que apresentam aos bancos, relatórios e auditorias, etc, constituindo deste modo a existência de controlo.

Tendo em conta que as associações sem fins lucrativos são de diversas naturezas, dentre elas: religiosas, políticas, desportivas, culturais, sociais, etc. a lei necessita de uma regulamentação mais específica, com vista a melhor compreensão dos seus contornos jurídicos e administrativos na sua tramitação, assim como, a sua análise académica e científica.

Duas vicissitudes que na nossa humilde opinião poderiam ser melhorados na Lei das associações sem fins lucrativos em vigor na República de Moçambique são o da competência territorial para o reconhecimento das associações sem fins lucrativos, e o da definição e classificação dessas associações.

Nos termos do Artigo 5.º da Lei n.º 8/91, de 18 de Julho, o reconhecimento específico das associações é da competência do governo ao nível central e do seu representante ao nível da província quando a actividade da associação se restringe ao nível da província; e neste quisito, dada a diversidade da natureza das associações sem fins lucrativos por um lado e a actual descentralização e desconcentração da administração pública em curso no país, com duplicações de atribuições das mesmas actividades para órgãos diferentes por outro lado, tendo como destaque as figuras de secretário de Estado e governador de província; a Lei deve especificar em concreto os órgãos públicos estatais competentes para a prática dos actos administrativos do governo ou do Estado nesta matéria.

A forma da atribuição da competência para o reconhecimento legal das associações sem fins lucrativos, segundo o Artigo 1.º da Lei das Associações sem fins lucrativos, é genérica, ela não especifica e nem apresenta a classificação das associações sem fins lucrativos.

Este Artigo 1.º estabelece o princípio geral das associações sem fins lucrativos, e o Artigo 11.º estabelece as associações de utilidade pública, contudo, no fim das contas as ONGs são entes privados que visam a satisfação pública sem esperar nada em troca.

2.6. ONGs e o apoio ao desenvolvimento

As Organizações Não Governamentais (ONGs) desempenham um papel significativo na ajuda ao desenvolvimento, actuando como agentes-chave na implementação de projectos e na promoção de mudanças sociais. As ONGs engajam-se em várias frentes, destacando-se a assistência humanitária e social às comunidades; fortalecendo e engajando as comunidades nos processos de desenvolvimento; assim como na formação de alianças com as comunidades locais para reivindicarem o respeito pelos direitos humanos e sociais juntos às autoridades governamentais e seus parceiros nacionais e internacionais.

Este papel tem sido amplamente discutido na literatura acadêmica, destacando a importância das ONGs na abordagem de questões sociais, económicas e ambientais em contextos diversos.

EDWARDS e HULME⁶⁹ afirmam que as ONGs desempenham um papel fundamental na implementação de projectos de desenvolvimento, especialmente em áreas onde o governo pode ter recursos limitados. Elas têm a flexibilidade para se adaptar às necessidades específicas das comunidades, promovendo o desenvolvimento sustentável.

Muitas ONGs estão envolvidas na promoção e defesa dos direitos humanos, pressionando por mudanças políticas e sociais que melhorem as condições de vida das populações vulneráveis. Elas desempenham um papel crucial na criação de consciência e mobilização pública⁷⁰.

Nipassa sustenta, através de exemplos, que as ONGs tem estado na dianteira na luta pelos direitos humanos e sociais. O autor dá exemplo da Lei 10/2004 de 25 de Agosto, vulgo Lei da Família cuja aprovação foi resultado do movimento desencadeado pelas organizações da sociedade civil sob liderança do Fórum Mulher⁷¹. Em colaboração, Bussotti e Nhauleque mostram, igualmente, a pujança das ONGs que actuam em Moçambique na luta pelos direitos sociais. Um grupo de ONGs nacionais e internacionais, sob liderança da União Nacional dos Camponeses, conseguiram pressionar o governo e seus parceiros, o Japão e o Brasil, a encerrarem o PROSAVANA,

⁶⁹EDWARDS, Michael e HULME, David (1996) Too close for comfort? The impact of official aid on nongovernmental organizations. *World Development*, 24(6), 961-973. Disponível em <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/0305750X96000198>. Consultado aos 19/09/2023.

⁷⁰ KECK, Margaret e SIKKINK, Kathryn (1998) *Activists beyond borders: Advocacy networks in international politics*. Cornell University Press.

⁷¹ NIPASSA (2016), op.cit.

um programa que visa desenvolver a agricultura na zona norte de Moçambique, por alegadamente falta de envolvimento dos agricultores locais durante a fase de preparação do programa e haver denúncias de expropriação de terras⁷².

As ONGs muitas vezes colaboram com governos, empresas e outras organizações para formar parcerias eficazes. Essas parcerias podem potencializar recursos e competências, maximizando o impacto das iniciativas de desenvolvimento.

O livro de Michael BARNETT e Thomas WEISS ⁷³ sobre “Humanitarismo contestado: Onde os anjos temem pisar” aborda criticamente o campo da ajuda humanitária, explorando as complexidades, desafios e dilemas éticos associados às intervenções humanitárias em situações de crise. Os autores destacam o papel fundamental desempenhado pelas ONGs na resposta à crises humanitárias, fornecendo ajuda imediata, reconstrução e apoio às comunidades afectadas. Tem sido notável e vital a presença de ONGs em situações de conflito, desastres naturais e emergências de saúde.

O estudo de Moiana sobre o contributo de organizações da sociedade civil no desenvolvimento das comunidades rurais do distrito de Moamba, Província de Maputo, mostra que a actuação das ONGs alargou o acesso aos serviços sociais básicos através da construção de salas de aula, postos de saúde, sistemas de abastecimento de água e de energia eléctrica⁷⁴.

No livro, BARNETT e WEISS exploram as contestações e críticas que a ajuda humanitária enfrenta de diferentes actores, incluindo Estados, organizações não governamentais, e as próprias comunidades afetadas. Eles destacam como as intervenções humanitárias muitas vezes são contestadas, questionando a eficácia, a neutralidade e a legitimidade das operações.

No que toca aos desafios éticos e políticos, os autores destacam os associados à prestação de ajuda humanitária, incluindo questões relacionadas à soberania, intervenção, e o equilíbrio delicado entre a neutralidade e a responsabilidade de proteger. Ademais, os BARNETT e WEISS analisam como as agendas políticas globais muitas vezes influenciam a entrega de ajuda humanitária, destacando os conflitos de interesse entre os doadores, as agências humanitárias e os países receptores.

⁷² BUSSOTTI, Luca e NHAULEQUE, Laura António, Social movements in rural África: how and why Mozambican state closed the PROsvAVANA program, Routledge, 2022, DOI: 10.4324/9781003177371-7.

⁷³ BARNETT, Michael e WEISS, Thomas (2008) Humanitarianism contested: Where angels fear to tread. Routledge.

⁷⁴ MOIANE (2019), op.cit., p. 99.

Mais ainda, os autores analisam como as intervenções humanitárias podem ter impactos variados nas comunidades locais, nem sempre alinhados com as intenções originais, levando em consideração as dinâmicas culturais e sociais específicas.

Um outro aspecto aflorado pelos autores tem haver com as dinâmicas de poder subjacentes à ajuda humanitária, examinando como as organizações humanitárias interagem com Estados, actores não estatais e entre si, influenciando e sendo influenciadas por essas relações de poder.

O trabalho de BARNETT e WEISS presta contributo significativo para o campo ao oferecer uma análise crítica e aprofundada das complexidades da ajuda humanitária. Ao desafiar noções convencionais e destacar as áreas problemáticas, proporciona uma base valiosa para o debate académico e prático sobre o papel e a eficácia da ajuda humanitária em um mundo complexo e heterogéneo.

Organizações como Centro de Integridade Pública (CIP) e Fórum de Monitoria do Orçamento (FMO) têm sido aplaudidas pela opinião pública pelo seu engajamento na monitoria da transparência na gestão do erário público. Em 2015, o FMO, plataforma das organizações da sociedade civil foi distinguido pela Fundação MASC pela dedicação a causa pública. Recentemente, o FMO saiu vitorioso ao conseguir que o antigo Ministro das Finanças, Manuel Chang, envolvido no caso das “dívidas ocultas”, fosse extraditado para Estados Unidos da América contra a vontade do Governo moçambicano de extraditá-lo para Moçambique. O caso das “dívidas ocultas” é o maior escândalo financeiro que empurrou o país para uma crise económica tremenda após o corte de financiamento pelos parceiros de cooperação internacional.

No seu livro intitulado “*Civil Society*” Michael EDWARDS⁷⁵ examina o papel desempenhado pela sociedade civil na promoção da participação cidadã, na governança democrática e no desenvolvimento social. O autor defende que as ONGs frequentemente buscam capacitar as comunidades locais, promovendo o desenvolvimento sustentável através da educação, treinamento e fortalecimento de capacidades.

2.7. Transparência, prestação de contas e efectividade na actuação das ONGs

As Organizações Não Governamentais (ONGs) desempenham um papel crucial na sociedade contemporânea, actuando em diversas áreas para promover o desenvolvimento social e económico. No entanto, a efectividade dessas organizações está

⁷⁵ Edwards, Michael (2014) *Civil society*. Polity.

intrinsecamente ligada à transparência e à prestação de contas, dois princípios fundamentais que garantem a legitimidade e confiança por parte dos doadores, beneficiários e da sociedade em geral.

A transparência, entendida como a divulgação clara e acessível das actividades, decisões e recursos das ONGs, é um elemento essencial para a construção da confiança. Nesse contexto, autores como Hokyu HWANG e Walter POWELL⁷⁶ destacam que a transparência não apenas fortalece o relacionamento com os *stakeholders*, mas também contribui para a *accountability* e para a eficácia organizacional.

A prestação de contas, por sua vez, refere-se à responsabilidade das ONGs em prestar informações detalhadas sobre suas acções e resultados. Segundo Leonardo AVRITZER⁷⁷, a prestação de contas não se limita apenas à dimensão financeira, mas engloba a responsabilização pelos impactos sociais e ambientais de suas actividades. Isso implica um compromisso com a divulgação de relatórios claros e auditáveis, permitindo a avaliação externa da efectividade das acções empreendidas.

A relação entre transparência, prestação de contas e efectividade é complexa e interconectada. Alnoor EBRAHIM⁷⁸ argumenta que a transparência é um pré-requisito para a prestação de contas efectiva, pois a divulgação aberta de informações facilita a avaliação externa e a cobrança por parte dos *stakeholders*. Além disso, a prestação de contas aprimora a efectividade ao promover uma gestão mais responsável e orientada para resultados.

Contudo, a implementação desses princípios enfrenta desafios significativos. As ONGs muitas vezes operam em ambientes complexos e recursos limitados, o que pode dificultar a alocação de recursos para sistemas de prestação de contas robustos. Autores como Michael EDWARDS e David HULME⁷⁹ destacam a necessidade de um equilíbrio entre a prestação de contas e a burocratização excessiva, ressaltando a importância de mecanismos que sejam realistas e eficazes.

⁷⁶ HWANG, Hokyu e POWELL, Walter (2009) The Rationalization of Charity: The Influences of Professionalism in the Nonprofit Sector. *Administrative Science Quarterly*, 54(2), 268-298. Disponível em <https://journals.sagepub.com/doi/10.2189/asqu.2009.54.2.268>.

⁷⁷ AVRITZER, Leonardo (2010) *Accountability and Democracy: The Pitfalls and Promise of Popular Control*. Oxford University Press.

⁷⁸ EBRAHIM, Alnoor (2003) Accountability Myopia: Losing Sight of Organizational Learning. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, 32(3), 409-428.

⁷⁹ EDWARDS, Michael e HULME, David (1996) Too close for comfort? The impact of official aid on nongovernmental organizations. *World Development*, 24(6), 961-973. [https://doi.org/10.1016/0305-750X\(96\)00019-8](https://doi.org/10.1016/0305-750X(96)00019-8).

Em resumo, a transparência, prestação de contas e efectividade são elementos interdependentes que moldam o papel das ONGs na sociedade. A literatura destaca a importância de abordagens equilibradas que promovam a responsabilidade sem sobrecarregar as organizações. A busca pela efectividade das ONGs exige um compromisso contínuo com a transparência e prestação de contas, construindo pontes sólidas de confiança entre as organizações, seus *stakeholders* e a sociedade em geral.

2.8. Mecanismo de prestação de contas das ONGs

As Organizações Não Governamentais (ONGs) desempenham um papel fundamental na sociedade, muitas vezes actuando como agentes de mudança social e desenvolvimento. No entanto, dada a natureza do financiamento e das actividades dessas organizações, a prestação de contas torna-se um aspecto crucial para garantir a transparência e a confiança tanto dos financiadores quanto do público em geral. Essa secção apresenta os mecanismos de prestação de contas das ONGs, destacando sua importância e desafios.

A prestação de contas pode ser compreendida como o processo pelo qual as organizações comunicam informações sobre suas actividades, decisões e desempenho, sendo um elemento-chave na construção de confiança e legitimidade. Nesse contexto, as ONGs devem adotar mecanismos eficazes que vão além da simples divulgação financeira, abrangendo a transparência em relação as suas metas, estratégias e impacto social⁸⁰.

David GRAYSON⁸¹ afirma que algumas ONGs consideram como mecanismos de prestação de contas os relatórios de actividades e financeiros anuais, auditorias externas e divulgação de informações em sites institucionais. Esses mecanismos, apesar de serem fundamentais, são considerados pelo autor como não sendo suficientes para assegurar uma ampla e efectiva prestação de contas, havendo necessidade de adopção de abordagens mais holísticas que reflectam verdadeiramente o impacto das actividades das ONGs nas comunidades abrangidas.

A participação comunitária emerge como um mecanismo poderoso de prestação de contas, permitindo que as comunidades envolvidas influenciem directamente as

⁸⁰ EDWARDS e HULME (1996), op, cit., p. 56.

⁸¹ GRAYSON, David (2011) Corporate social opportunity! Seven steps to make corporate social responsibility work for your business. Greenleaf Publishing.

decisões e acções das ONGs⁸². Sherry ARNSTEIN⁸³, em seu artigo semanal “*A Ladder of Citizen Participation*”, propôs uma escada de oito degraus que representa diferentes níveis de participação comunitária.

Tabela 1. Níveis de participação comunitária em projectos e políticas de desenvolvimento⁸⁴

8	Citizen Control	Degrass of citizen power
7	Delegated power	
6	Partnership	
5	Placation	Degrass of tokenism
4	Consultation	
3	Informing	Non-participation
2	Therapy	
1	Manipulation	

Essa escada varia desde níveis mais baixos, como informação e consulta, até níveis mais elevados, como parceria e controle total. A participação comunitária efectiva, segundo Arnstein, envolve a ascensão dessa escada, culminando em um poder de decisão compartilhado, onde as comunidades têm o real poder de influenciar as decisões sobre as intervenções que afectam as suas vidas.

A participação comunitária não se limita a permitir que as comunidades expressem suas opiniões, mas também de promover o controlo social. FUNG⁸⁵ argumenta que a participação efectiva não apenas fortalece a prestação de contas, mas também contribui para a qualidade das decisões tomadas, resultando em melhores resultados para as comunidades envolvidas.

A participação comunitária, quando efectiva, não só serve como um mecanismo de prestação de contas, mas também empodera as comunidades. Andrea CORNWALL⁸⁶ destaca que a participação deve ser um processo emancipatório, capacitando as

⁸² FUNG, Archon (2006) Varieties of participation in complex governance. *Public Administration Review*, 66(s1), 66-75.

⁸³ ARNSTEIN, Sherry R. (1969) A ladder Of Citizen Participation, *journal of the American Planing Association*, 35: 4, 216 – 224. Doi : <http://dx.doi.org/10.1080/01944366908977225>.

⁸⁴ ARNSTEIN (1969), op.cit., p. 217.

⁸⁵ FUNG (2006), op.cit., p. 27.

⁸⁶ CORNWALL, Andrea (2008) Unpacking 'participation': models, meanings and practices. *Community Development Journal*, 43(3), 269-283.

comunidades a entender, questionar e influenciar as políticas e práticas das organizações. O empoderamento é fundamental para uma prestação de contas verdadeira e significativa.

Apesar de seus benefícios, a participação comunitária enfrenta desafios significativos. ARNSTEIN⁸⁷ aponta que, muitas vezes, a participação é manipulada para simular envolvimento, sem conceder poder real às comunidades. A necessidade de superar desigualdades de poder, garantir representatividade e superar barreiras culturais são desafios adicionais.

A participação comunitária, quando adequadamente implementada, não apenas fortalece os mecanismos de prestação de contas, mas também contribui para o empoderamento das comunidades envolvidas. É necessário ir além da mera consulta, buscando formas genuínas de envolvimento e compartilhamento de poder. Superar os desafios na implementação é crucial para colher os benefícios da participação comunitária como um mecanismo eficaz de prestação de contas.

2.9. Indicadores de Avaliação da Efectividade das ONGs na Ajuda ao Desenvolvimento

A avaliação da efectividade das Organizações Não Governamentais (ONGs) na ajuda ao desenvolvimento é uma questão crucial para garantir a optimização de recursos e a obtenção de resultados significativos. Nesse contexto, diversos indicadores têm sido propostos por académicos e profissionais, oferecendo abordagens variadas para medir o impacto das actividades das ONGs. Esta secção apresenta alguns desses indicadores.

Os indicadores de efectividade muitas vezes incluem métricas quantitativas, como o número de beneficiários atendidos, a quantidade de recursos mobilizados e a execução de projectos dentro do prazo e do orçamento. Ao ficarem apenas nos aspectos quantitativos, esses indicadores fornecem uma visão superficial, havendo necessidade de incorporar dimensões qualitativas para entender o verdadeiro impacto nas comunidades-alvo⁸⁸.

Autores como Regina SCHEYVENS⁸⁹ e Craig DEEGAN⁹⁰ destacam a importância de ir além dos indicadores financeiros e incluir a mensuração do impacto

⁸⁷ ARNSTEIN (1969), op.cit., 17.

⁸⁸ EDWARDS e HULME (1996), op, cit., p. 68.

⁸⁹ Scheyvens, Regina (2000) The contribution of NGOs to the empowerment of Maori women in Aotearoa/New Zealand. *Gender and Development*, 8(3), 60-69.

⁹⁰ DEEGAN, Craig (2002) Introduction: The legitimizing effect of social and environmental disclosures – a theoretical foundation. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 15(3), 282-311. Doi <https://doi.org/10.1108/09513570210435852>.

social e ambiental. Essa abordagem envolve a avaliação dos efeitos das actividades das ONGs nas condições de vida das comunidades, na equidade de gênero e na sustentabilidade ambiental. Métricas relacionadas à melhoria na qualidade de vida, capacitação local e preservação ambiental tornam-se, assim, indicadores-chave do trabalho das ONGs.

Cornwall⁹¹ enfatiza a importância da participação comunitária na avaliação da efectividade. Indicadores que medem o envolvimento das comunidades nos processos decisórios e na implementação de projectos podem oferecer uma perspectiva mais holística da efectividade, considerando as necessidades e perspectivas locais.

A mensuração da efetividade das ONGs na ajuda ao desenvolvimento enfrenta desafios significativos, incluindo a complexidade na atribuição de causas e efeitos, a longa trajetória temporal para observar mudanças substanciais e a diversidade de contextos culturais.

A avaliação da efectividade das ONGs na ajuda ao desenvolvimento requer uma abordagem multifacetada que vá além dos indicadores quantitativos tradicionais. Incorporar dimensões sociais, ambientais e participativas oferece uma visão mais completa do impacto das actividades. No entanto, é essencial abordar os desafios metodológicos e contextuais para garantir uma avaliação precisa e significativa.

2.10. Relação entre ONGs, Governo e Sector privado no apoio ao desenvolvimento

A interação entre organizações não governamentais (ONGs), governos e o sector privado é uma área complexa e dinâmica que tem implicações significativas para o desenvolvimento sustentável, a promoção do bem-estar social e a governança global.

As ONGs desempenham um papel crucial na sociedade civil, actuando muitas vezes como intermediárias entre comunidades locais e entidades governamentais e privadas. Margaret KECK e Kathryn SIKKINK⁹² em “Activist beyond das borders”, sustentam que as ONGs desempenham um papel central na promoção da *accountability* global, influenciando agendas políticas e mobilizando a opinião pública.

Os governos, como principais agentes do poder político, têm a responsabilidade de criar políticas públicas e regulamentos que afetam diretamente a sociedade. Autoridades governamentais muitas vezes colaboram com ONGs para implementar

⁹¹ CORNWALL (2008), op.cit., p. 11.

⁹² KECK, Margaret & SIKKINK, Kathryn (1998) *Activists beyond borders: advocacy networks in international politics*. Nova York: Cornell University.

programas sociais e alcançar objetivos de desenvolvimento. O trabalho de Dani RODRIK⁹³ sobre “A Globalização Paradoxal” destaca as interações complexas entre o Estado e as forças globais, delineando os desafios enfrentados pelos governos na era da globalização.

A busca por interesses diversos pode levar a conflitos, mas também oferece oportunidades para colaboração. Srilatha BATLIWALA⁹⁴ destaca as complexidades nas parcerias entre ONGs e governos, ressaltando a importância de abordagens mais holísticas, que vão além da retórica do empoderamento, para entender as complexidades das dinâmicas de poder e promover mudanças sociais efetivas centradas nas comunidades.

David GRAYSON e Adrian HODGES⁹⁵ propõem o conceito de parcerias *multi-stakeholder* destacando a necessidade de colaboração eficaz com os *stakeholders*, incluindo clientes, funcionários, comunidades locais e grupos ativistas, para garantir uma abordagem holística e inclusiva. De acordo com os autores a colaboração pode levar a inovação social, uma maneira de encontrar soluções criativas e eficazes para os desafios sociais, promovendo a sustentabilidade e o impacto positivo.

2.11. Desafios das ONGs no apoio ao desenvolvimento

As Organizações Não Governamentais (ONGs) enfrentam diversos desafios na execução das suas actividades de ajuda ao desenvolvimento. Estes desafios são amplamente discutidos na literatura acadêmica e incluem questões relacionadas à sustentabilidade financeira, coordenação com outros actores, contexto político e social, entre outros.

David LEWIS⁹⁶ destaca os desafios de ordem financeira, afirmando que muitas ONGs enfrentam desafios para garantir uma base financeira sustentável para suas operações. A dependência de doações externas é apontada como a principal causa dos problemas da sustentabilidade financeira na vida das ONGs. A dependência de recursos

⁹³ RODRIK, Dani (2008) The Globalization Paradox: democracy and the future of world economy. https://d11.cuni.cz/pluginfile.php/269667/mod_resource/content/1/Dani%20Rodrik%20Globalization%20Paradox.PDF.

⁹⁴ BATLIWALA, Srilatha (2007) Taking the Power Out of Empowerment: An Experiential Account, Taylor & Francis, v. 17. n.º. 4/5. Disponível em : <https://www.jstor.org/stable/25548253>.

⁹⁵ GRAYSON, David e HODGES, Adrian (2017) Corporate Social Opportunity!: Seven Steps to Make Corporate Social Responsibility Work for Your Business, Taylor & Francis.

⁹⁶ LEWIS, David (2000) NGOs, Performance, and Accountability: Beyond the Magic Bullet. In D. Lewis & T. Wallace (Eds.), New Roles and Relevance: Development NGOs and the Challenge of Change (pp. 175–197). Kumarian Press.

externos faz com que as ONGs estejam expostas à flutuações económicas e políticas globais. Essas flutuações podem provocar como consequência a volatilidade do financiamento e afectar a continuidade e a eficácia de suas actividades.

Uma outra consequência que pode resultar da dependência do financiamento externo é o condicionamento das agendas de desenvolvimento das ONGs. Para conseguir o financiamento, as ONGs são obrigadas, em certos casos, a seguirem as agendas definidas pelos doadores. Emídio MOIANA, no âmbito da sua dissertação de mestrado sobre a contribuição das organizações da sociedade civil no desenvolvimento das comunidades rurais no distrito de Moamba, cita o seguinte depoimento:

as OSC concorriam para fundos anunciados pelos financiadores, porém os projectos deviam estar ajustados às perspectivas dos financiadores para que fossem aprovados, (...) muitos projectos concebidos pelas OSC não foram aprovados pelos financiadores alegadamente porque os fundos não cobriam”⁹⁷.

A situação acima descrita revela a prepotência dos doadores no condicionamento das agendas de desenvolvimento, fazendo com que as acções de desenvolvimentos sejam definidas de fora para dentro, com pouca ou nenhuma relação com o contexto da sua implementação.

A insustentabilidade financeira também pode resultar da incapacidade das ONGs de diversificação das fontes de financiamento. ONGs que dependem excessivamente de uma única fonte de financiamento enfrentam maior o risco financeiro e consequentemente ficam vulneráveis a perdas súbitas de financiamento e/ou demora na implementação de seus projectos ocasionados pelo desembolso tardio de recursos.

LEWIS⁹⁸ acrescenta como desafios enfrentados pelas ONGs a prestação de contas de suas acções e impactos, especialmente considerando a complexidade das relações entre as ONGs, os doadores e as comunidades locais.

As ONGs, também, têm sido objecto de críticas nos últimos anos por sua capacidade limitada de apoio ao desenvolvimento. As críticas comuns incluem a falha na abordagem das causas profundas da pobreza. As ONGs têm sido criticadas por abordar apenas os sintomas e não as causas fundamentais da pobreza, como desigualdade, falta de acesso a recursos básicos ou políticas governamentais inadequadas. Essa crítica baseia-se no facto de, apesar do aumento de programas e projectos de ajuda ao desenvolvimento

⁹⁷ Depoimento de um actor de uma Organização da Sociedade Civil do distrito de Moamba citado por MOIANA (2017), op.cit., p. 56.

⁹⁸ LEWIS (2000), op.cit., p. 181.

canalizada por agências nacionais e internacionais, os índices de pobreza e desigualdades sociais continuarem preocupantes.

Os projectos apoiados por ONGs têm sido criticados por não serem sustentáveis a longo prazo, criando dependência de ajuda externa e não proporcionando meios para as comunidades atingidas se tornarem autossuficientes. Moiana sentencia que,

Maior parte, dos técnicos que definem as políticas de desenvolvimento rural, incluindo os das organizações da sociedade civil tem pouco ou por vezes nenhum conhecimento das especificidades das comunidades rurais, do modo de vida deste grupo social heterogéneo, facto que influi na sustentabilidade dos projectos definidos, pois, estes são concebidos na perspectiva dos financiadores, com uma visão do mundo diferenciada das comunidades rurais moçambicanas⁹⁹.

Algumas ONGs têm sido acusadas de não monitorar e não avaliar seus projectos adequadamente, o que pode levar à projectos ineficazes ou ineficientes, bem como a um desperdício de recursos. Acrescenta também a falta de coordenação que leva à duplicação de esforços, compreensão limitada das circunstâncias locais entre ONGs internacionais, exclusão de esforços organizacionais locais¹⁰⁰.

Ausência de transparência e responsabilidade: Algumas ONGs têm sido criticadas por falta de transparência e responsabilização em relação à utilização dos fundos recebidos e às actividades realizadas.

Há também denúncias de conflito de interesses: Algumas ONGs podem ser influenciadas por interesses políticos ou económicos ao trabalhar em países estrangeiros, o que pode levar à projectos que priorizam interesses de doadores ou outros grupos externos, em vez das necessidades das comunidades locais.

A opinião pública e algumas pesquisas alegam que as ONGs estão ao serviço da agenda dos parceiros governamentais e de cooperação internacional, sendo que os programas e projectos de desenvolvimentos são desenhados sem respeitar os verdadeiros anseios das comunidades vulneráveis. Entre os académicos que defendem esta posição está o Chabal que refere três razões que justificam a falta de autonomia e instrumentalização das ONGs em África:

A primeira é que muitas OSC são partidos políticos disfarçados, desenhados para facilitar o acesso de seus líderes a postos políticos. A segunda é que não são poucas OSC que são

⁹⁹ MOIANA (2017), op.cit., p. 13.

¹⁰⁰ LEWIS, David, KANJI, Nazneen and THEMUDO, Nuno S. (2021) Non-Governmental Organizations and Development, 2 edition, Routledge, London, p. 20.

tomadas e instrumentalizadas pelas elites políticas. A terceira é que numerosas OSC são estabelecidas visando somente ao financiamento externo, dado que nas últimas duas décadas uma crescente proporção da ajuda externa tem sido canalizada directamente para a ‘sociedade civil’. Adicionalmente, um certo número de organizações da sociedade civil surgiu como resultado da determinação da comunidade doadora em colocar assuntos específicos (exemplo, descentralização, género) na agenda¹⁰¹.

Moiana sentencia que maior parte das organizações não-governamentais, principalmente as nacionais recebem apoios das embaixadas presentes em Moçambique e de outras ONGs estrangeiras como Oxfam, TROCAIRE, PEPFAR, entre outras. MILANDO defende que os projectos de desenvolvimentos são avaliados de acordo com a sua capacidade de alcance dos objectivos programados (...), sem necessariamente considerar a harmonia dos mesmos com o contexto social e cultural na qual são/serão implementados. O autor considera que, esse facto contribui para a fraca sustentabilidade dos projectos de desenvolvimento rural¹⁰².

Apesar dos esforços do Governo em estreita colaboração com as diversas ONGs que trabalham em prol da infância, Moçambique ainda enfrenta desafios significativos no combate à pobreza, com maior incidência para a população infantil. Dados que constam da brochura do novo Programa de Cooperação da UNICEF (2022-2026) mostram que em 2022, estimava-se que mais de 250.000 crianças com menos de 5 anos de idade estavam afectadas por desnutrição aguda grave (DAG), estimando-se que apenas 30 por cento tinham acesso a serviços essenciais para salvaguarda das suas vidas¹⁰³.

Adicionalmente, resultados do Inquérito Nacional sobre o Impacto do HIV e SIDA em Moçambique (INSIDA) divulgados em 2022 revelam a prevalência do HIV e SIDA em adultos (a partir dos 15 anos de idade) é 12.5%, o equivalente a cerca de dois milhões de população vivendo com o vírus causador de SIDA.

Os números de pessoas que vivem no limiar da pobreza e dos que vivem com HIV e SIDA em Moçambique conforme demonstrado acima continuam preocupantes e colocam em causa o trabalho desenvolvido principalmente pelas ONGs.

¹⁰¹ CHABAL (2009) apud NIPASSA, Orlando Júlio André, Da autonomia do Fórum Mulher na arena pública moçambicana, Revista Estudos Feministas Florianópolis, 28(1): e68315, 2021, p. 3. Doi: 10.1590/1806-9584-2020v28n168315

¹⁰² MILANDO (2005) apud MOIANE (2019), op.cit., p. 49.

¹⁰³ UNICEF EM MOÇAMBIQUE 2022-2026: uma parceria estratégica para todas crianças, p. 8. Disponível em <https://www.unicef.org/mozambique/media/5736/file/UNICEF%20Mo%C3%A7ambique%20Advocacy%20Brochure%202022%202026.pdf>. Consultado aos 13/04/2025.

Apesar das críticas, as ONGs também desempenham um papel importante no apoio ao desenvolvimento, fornecendo assistência em áreas onde os governos não podem ou não estão dispostos a agir e defendendo os direitos das pessoas marginalizadas e excluídas.

CAPÍTULO II: A ASSOCIAÇÃO RECONSTRUINDO ESPERANÇA E SEU ENVOLVIMENTO NO APOIO AO DESENVOLVIMENTO EM MOÇAMBIQUE

A presente secção apresenta e analisa as acções levadas a cabo pela ARES no seu papel de apoio ao desenvolvimento em Moçambique. Primeiro apresenta-se a ARES, contexto do seu surgimento, objectivos, áreas e províncias de actuação. Em seguida apresenta-se as actividades desenvolvidas pela ARES.

3.1. Associação Reconstruindo Esperança: contexto de surgimento, objectivos, áreas de actuação

A Associação Reconstruindo Esperança (ARES) é uma organização de direito privado, com autonomia financeira, patrimonial e administrativa cuja finalidade é de contribuir para a assistência psico-social, desenvolvimento comunitário, garantindo os direitos humanos, em particular os da criança e da mulher. A ARES foi criada durante o período da guerra de desestabilização, concretamente, em 1986. Foi fundada sob o tecto da Associação Moçambicana de Saúde Pública (AMOSAPU), motivada pela observância do crescente número de pessoas vítimas de violência perpetuada pela guerra de desestabilização havida entre o governo de Moçambique liderado pela Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) e a Resistência Nacional de Moçambique (RENAMO)¹⁰⁴.

Como se sabe, o confronto armado provocou uma violência tremenda no seio da população moçambicana. Crianças perderam seus pais, adultos foram, fisicamente, violentados ao ponto de perderem alguns dos seus órgãos humanos e até a sua própria vida. Esse cenário trouxe consequências graves na forma de encarar a vida durante e após o confronto, acarretando assim uma intervenção psicoterapêutica e psicossocial como forma de assegurar a reabilitação social através da ressocialização e reintegração das pessoas afectadas. Foi esse contexto que motivou o surgimento da ARES, visando complementar os esforços do governo¹⁰⁵.

Constituem objectivos da ARES conforme os seus estatutos, os seguintes:

- a) A participação na prevenção e na reabilitação das populações vítimas de conflitos originados por processos naturais, políticos, económicos e sociais;

¹⁰⁴ Entrevista com Dino Job, Secretário Executivo da ARES no dia 27 de Julho de 2023.

¹⁰⁵ Ibidem.

- b) A promoção do desenvolvimento dos sectores da educação, saúde, actividades de rendimentos em benefício das comunidades, estimulando sempre alternativas locais;
- c) Contribuição na criação de estratégias de desenvolvimento auto-sustentáveis baseadas na comunidade, usando sempre métodos participativos e privilegiando soluções culturalmente identificáveis com os grupos visados;
- d) A colaboração com outras instituições e entidades nacionais e estrangeiras, bem como a troca de experiência com profissionais que trabalham em áreas similares;
- e) A colaboração na defesa e prevenção do meio ambiente;
- f) A defesa e divulgação dos direitos humanos, em particular os da mulher e da criança e pessoas traumatizadas; e
- g) A defesa dos interesses dos associados.

Julgando o contexto da guerra dos 16 anos no qual a ARES foi fundada e considerando os desastres naturais que o país vem registando de lá até cá, seus objectivos foram e continuam relevantes. Durante a guerra e desastres naturais, as pessoas frequentemente experimentam eventos traumáticos decorrentes da morte de seus familiares e da perda de seus patrimónios, danos materiais e outras situações estressantes. Nesse sentido, o apoio psico-social pode fornecer espaço seguro para que as pessoas expressem suas emoções e comecem a lidar com a perda e reduzir o estresse emocional.

A ARES tem sua sede em Maputo. Porém, presta assistência psicossocial e psicoterapêutica nas províncias de Maputo, Gaza, Nampula e Cidade de Maputo.

A ARES possui um total de 23 funcionários, dos quais 14 são mulheres e 9 são homens. Do total dos funcionários, 14 estão afectos em Maputo e 9 em Nampula.

3.2. Actividades da ARES no apoio ao desenvolvimento em Moçambique

Desde a sua fundação, a ARES vem desenvolvendo um conjunto de actividades que de uma ou de outra forma contribuem para mitigar a violência e o sofrimento das crianças e mulheres em Moçambique. De acordo com secretário executivo da organização¹⁰⁶, entrevistado no âmbito da presente pesquisa, as actividades da ARES estão agrupadas em projectos. Um dos projectos de destaque é denominado “*Criança, Guerra e Perseguição*”, implementado pela organização na Ilha Samora Machel na

¹⁰⁶ Dino Jacob, entrevistado no dia 27 de Julho de 2023.

província de Maputo. O projecto tinha o objectivo de oferecer recuperação psicológica às crianças vítimas da guerra de desestabilização.

Em 1989 a ARES construiu um Centro de Aconselhamento Psicossocial no bairro do Zimpeto na cidade de Maputo, onde, de forma permanente, prestava atendimento psicossocial por meio de sessões de aconselhamento para crianças, jovens e adultos. O centro parou de funcionar em 1998.

As enxurradas que assolaram a zona sul de Moçambique no ano 2000 criaram, mais uma vez, trauma no seio da população moçambicana. Nesse período, algumas pessoas perderam seus entes queridos, seus pertences e sua base social e económica que lhes permitia sobreviver, causando uma enorme violência social. Havia necessidade de se desencadear um trabalho de reabilitação psicológico para evitar o desenvolvimento de transtornos mentais mais graves no futuro. Mais uma vez, a ARES desempenhou um papel fundamental ao oferecer aconselhamento psicossocial às populações de Magude, Xinavane e Chihachelane, na província de Maputo, no âmbito do projecto denominado “*recuperação psicológica das famílias após as cheias de 2000*”. O projecto teve duração de 2 anos, tendo terminado em 2002.

No período entre 2008 e 2012 a associação implementou, o projecto “*Este corpo é meu*” cujo objectivo era de prevenir a violência sexual contra crianças através da exposição interactiva. O projecto teve a sua intervenção em 17 escolas primárias de Maputo e Nampula, tendo formado professores, pais, encarregados de educação e as crianças sobre mecanismos de identificação de sinais de violência sexual, prevenção e denúncia. As crianças eram ensinadas a dizer não, onde pedir ajuda, buscando o reforço de autoestima. O projecto abrangeu cerca de 35 mil crianças.

No período entre 2013 e 2015, a ARES esteve envolvida num projecto conjunto “*As mulheres exigem respeito: a mudança não é utopia*” coordenado pela ONG Moçambicana Meninos de Moçambique (AMDM). O projecto tinha o objectivo de reforçar o papel da sociedade civil local na promoção dos Direitos Humanos em Maputo contribuindo na melhoria do diálogo político interinstitucional sobre as temáticas de género através da promoção e coordenação de serviços públicos e privados para um efectivo e concreto respeito dos direitos da mulher e da rapariga favorecendo o conhecimento e a aplicação das leis e contribuindo para a criação de um contexto social favorável a uma mudança de comportamento em prol destes direitos. Nesse projecto, a ARES dinamizou actividades de informação e sensibilização comunitária, especificamente direccionadas às crianças e adultos (com enfoque em professores e educadores) através da exposição interactiva.

De 2021 até ao período da realização da pesquisa, a ARES está a implementar o projecto “*Mulheres activas para uma comunidade mais inclusiva nos bairros Luis Cabral e Polana Caniço, na Cidade de Maputo*”. O projecto visa informar e sensibilizar as comunidades, em especial as mulheres e crianças sobre as formas de prevenção da violência sexual no contexto da COVID-19 em que muitas pessoas encontravam-se confinadas em casa, cumprindo as restrições decretadas pelo Governo, visando conter a propagação da COVID-19. Para tal foram desenvolvidas um conjunto de actividades com o foco na sensibilização e aconselhamento de professores, alunos, pais e encarregados de educação sobre prevenção de violência sexual contra menores no contexto da COVID-19. As imagens abaixo ilustram alguns momentos de interação entre estudantes, professores e pais realizadas pelos activistas da ARES.

Imagem 1: Interação das activistas da ARES com os professores e alunos¹⁰⁷



¹⁰⁷ Imagem extraída do relatório de actividade da ARES.

Imagem 2. Sensibilização porta a porta nas comunidades¹⁰⁸



As imagens acima ilustram momentos de sensibilização e informação sobre mecanismos de identificação dos sinais de violência sexual e denúncias para crianças e adultos.

Destaque, também, vai para o projecto de apadrinhamento de crianças que a ARES vem desenvolvendo na cidade de Maputo e em Nampula em parceria com a ChildFund. O projecto consiste na identificação de crianças órfãs e vulneráveis ao nível das comunidades, alistá-las e documentar o seu historial. Essas histórias são partilhadas em campanhas de angariação de padrinhos nos EUA, Japão, Coreia, entre outros países. Assim que um padrinho escolhe uma criança, este canaliza no mínimo 30 dólares mensais para a Childfund Moçambique que por sua vez transfere mensalmente para o seu parceiro, neste caso a ARES no sentido de desenvolver os planos anuais aprovados.

Às vezes os padrinhos mandam valores para os seus afilhados. Esses valores são canalizados para ChildFund Moçambique que por sua vez, em articulação com a ARES, repassa-os para os afilhados que, segundo deu a conhecer Eulália¹⁰⁹, uma das facilitadoras do projecto nos bairros de Mavalane A e B, são usados para a compra de mantimentos, material escolar e outros. Só nos bairros de Mavalane A e B o projecto abrange 500 crianças, sendo que apenas 320 possuem padrinhos. Eulália Combane afirmou que das

¹⁰⁸ Imagem extraída do relatório de actividades da ARES.

¹⁰⁹ Entrevistada na cidade de Maputo no dia 08/05/2024.

320 crianças, apenas 60 recebem apoio monetário dos padrinhos, ainda que não de forma contínua e com periodicidade definida.

A imagem que se segue mostra alguns mantimentos comprados por alguns beneficiários do projecto.

Imagem 3. Mantimentos comprados com dinheiro vindo dos padrinhos¹¹⁰.



A imagem acima retrata o momento em que o beneficiário do projecto, no caso vertente, José Tsucane, de 14 anos de idade, órfão de pai e mãe, residente no bairro de Mavalane “B” apresentava à facilitadora do projecto, Eulália Combane, os mantimentos comprados com o dinheiro recebido do padrinho no âmbito do projecto.

A facilitadora do projecto assegura a correspondência entre o afilhado e o padrinho, levando aos afilhados as cartas envidas pelos padrinhos, e vice-versa. Eulália Combane explica que, quando as cartas vindas dos padrinhos chegam a Moçambique, são traduzidas pelo Childfund e entregues a ARES que através dos facilitadores as fazem chegar aos destinatários. Os felicitadores, munidos de tablets com acesso a internet, pedem os afilhados para desenhar qualquer coisa do seu desejo e tira-lhes uma foto que é enviada para os padrinhos. Em caso de o padrinho ter enviado dinheiro, o facilitador do projecto é obrigado a tirar a foto da criança com as coisas compradas e envia para o padrinho numa espécie de comprovativo de que o apoio chegou ao legítimo destinatário.

¹¹⁰ Imagem tirada pelo autor durante a pesquisa de campo.

Avaliando o nível de precariedade e vulnerabilidade em que algumas crianças abrangidas encontram-se, considera-se que o projecto está a contribuir para aliviar o sofrimento ao nível das comunidades locais.

Para além da facilitação de contacto entre os padrinhos e afilhados, o projecto de apadrinhamento de crianças tem realizado outras actividades em benefício das comunidades abrangidas pelo projecto, como é o caso da realização de campanhas de sensibilização sobre os métodos de prevenção do HIV e outras doenças sexualmente transmissíveis, capacitação sobre gestão de pequenos negócios, entre outras.

3.3. Financiamento das actividades desenvolvidas pela ARES

Esta secção apresenta as fontes dos recursos usados para o financiamento das actividades da ARES. Realçar que houve dificuldade de acesso aos dados detalhados sobre as fontes e os recursos usados em cada projecto/actividade.

Segundo Dino Jacob, entrevistado no âmbito da pesquisa, disse que quase todos projectos implementados pela ARES são frutos de financiamento externo, ou seja, vindo de doadores internacionais.

Apesar de não ter referido o montante financiado, Dino Jacob afirmou que o primeiro projecto denominado “*Criança, Guerra e Perseguição*” foi financiado pela Médicos Mundo, uma Organização Não-Governamental de ajuda humanitária e de cooperação para o desenvolvimento que opera na área da saúde.

O projecto “*este corpo é meu*” foi implementado com o financiamento de 750.000 Francos suíços da UBS Optimuis Foundation, uma ONG Suíça que implementa e apoia programas e projectos nas áreas da saúde, educação e protecção das crianças.

O projecto “*Mulheres activas para uma comunidade mais inclusiva nos bairros Luis Cabral e Polana Caniço*” foi financiado pela *International Child Development Program*, uma ONG Norueguesa vocacionada ao desenvolvimento da saúde da criança e da juventude, num montante de USD 600 000 dólares norte americanos.

Apesar de não ter sido possível ter acesso aos dados sobre a proveniência dos recursos financeiros de todos projectos implementados pela ARES, os poucos disponíveis mostram uma situação de dependência de recursos externos. A dependência excessiva de recursos externos é apontada por Emídio MAIONA¹¹¹ e David LEWIS¹¹² como sendo a

¹¹¹ MOIANE (2017), op.cit.

¹¹² LEWIS (2000), op.cit.

causa do condicionamento das agendas de desenvolvimento das ONGs e de insustentabilidade de recursos. Sucede que, em alguns casos as agendas das ONGs são definidas em função das agendas dos financiadores dentro da lógica de que “quem tem dinheiro dita as regras”.

Dino Jacob, secretário executivo da ARES, mostrou haver descontinuidade de algumas actividades por causa da insustentabilidade dos recursos. Por exemplo, o Centro de Aconselhamento Psicossocial do Zimpeto foi paralisado por insuficiência de recursos.

Algumas ONGs acabam encerrando as partas por conta de cortes de financiamento. Filimão Mugo¹¹³ deu exemplo de uma organização denominada Lhaiseka que apoiava meninos da rua que se viu obrigado a encerrar suas actividades por falta de recursos.

Um outro facto que foi constatado durante a pesquisa e que é sempre referida na literatura que aborda sobre o assunto está relacionado com a prestação de contas que é mais frequente para os doadores em detrimento das comunidades beneficiárias. A avaliação é muitas vezes baseada em relatórios de actividades que são partilhados com os doadores e pouco discutidos com os membros da comunidade, o que poderia dar mais subsídios em prol da melhora da actuação da ARES.

3.4. Outras ONGs que apoiam o desenvolvimento comunitário na área do género, criança e acção social básica

A Direcção de Género, Criança e Acção Social do distrito de KaMaxaquene indicou, para além da ARES, outras ONGs que apoiam o desenvolvimento comunitário das pessoas em situação de vulnerabilidade na cidade de Maputo, destacando as seguintes:

1. **Associação para o Desenvolvimento Juvenil - Kandlelo:** presta apoio na promoção integral da pessoa humana através do desenvolvimento de programas no campo social, cultural, educativo, formativo, visando, em especial, o apoio à criança em situação de risco e suas famílias. Seus programas incluem apoio à escola, disponibilizando professores explicadores, refeições para alunos e protecção da criança contra violência. Tem sua sede na rua do Xipamanine nr.271, Bairro de Xipamanine, Distrito de Nhlamankulu.
2. **Casa de Alegria:** é um centro fechado que alberga crianças, adolescentes e adultos em situação de dificuldade, maioritariamente, vindos de diversos bairros

¹¹³ Responsável da Criança em Situação Difícil na Direcção Distrital de Género, Criança e Acção Social de KaMavota, entrevistado no dia 8/05/2024.

da cidade de Maputo por conta de abandono, doenças e mendicidade. Pertence a casa Missionária da Caridade (*Irmãs de Madre Teresa*). Possui uma escola primária que lecciona da 1ª à 5ª classe, em dois turnos, um de manhã e outro a tarde. Oferece refeições aos alunos da escola, incluindo os externos.

3. **Aldeias de Crianças SOS:** é uma ONGs presente em vários países do mundo. Em Moçambique presta assistência social e humanitária para crianças vulneráveis e órfãos em regime fechado e assiste famílias vulneráveis e carenciadas em suas residências. Localiza-se no bairro de Laulane, prolongamento da Av. Julius Nyerere, n.º. 271.
4. **ADDP Moçambique:** trabalha para proporcionar oportunidades de crescimento pessoal, fornecendo as ferramentas, conhecimentos e competências que capacitam as pessoas e comunidades para atingir o seu potencial, independentemente da sua origem ou situação. Desenvolve iniciativas de desenvolvimento na saúde, educação, agricultura e comércio de roupa usada.

Em conjunto, essas organizações e outras não nomeadas, colaboram as autoridades e comunidades locais da cidade de Maputo no alívio do sofrimento das pessoas em situação de carência e vulnerabilidade.

3.5. Participação de actores locais nas actividades da ARES

A participação de actores locais em iniciativas de desenvolvimento local é uma dimensão essencial para a efectividade do trabalho das ONGs. Está relacionado ao envolvimento activo de actores locais em todo processo de gestão das actividades levadas a cabo pelas ONGs.

De referir que houve dificuldades para analisar a participação de actores locais nas actividades da ARES por conta das limitações referidas anteriormente. Porém, a partilha e análise dos dados conseguidos, não obstante, serem incompletos, fornecem *insights* sobre este aspecto.

Questionado sobre como têm sido envolvidos os actores locais nas actividades da agremiação, Dino Jacob referiu que os projectos da ARES são elaborados após um estudo base sobre às comunidades beneficiárias. Segundo Jacob, o envolvimento das comunidades locais inicia nessa fase, sendo neste momento que os futuros beneficiários dão as suas contribuições para a elaboração e planificação das intervenções que irão afectar às suas vidas.

Um outro mecanismo consiste no envolvimento das comunidades locais durante o decurso das actividades da ARES. Por exemplo, o projecto “*As mulheres exigem respeito: a mudança não é utopia*” envolveu o Ministério da Mulher e Acção Social, especialmente a Direcção da Mulher e Acção Social da Cidade de Maputo, o Posto Policial local, o Tribunal Comunitário, a Escola Primária Polana Caniço B. Essas instituições tiveram o papel fundamental na facilitação e coordenação durante a implementação das acções no terreno, de forma a evitar duplicações de acções e esforços, estabelecer e fazer cumprir as normas e leis que regem as matérias do projecto, dar o apoio técnico, fornecendo brochuras e pessoal para as capacitações. Como facilitadores permitiram que as organizações actuassem numa área fornecendo meios de trabalho, como regulamentos e normas. A colaboração com as instituições locais, especialmente com o Gabinete de Combate a Violência, Esquadra da Polícia, Tribunais Comunitários e escola pública, foram desenhados para atingir a população com serviços sociais melhorados e a contribuir para a sustentabilidade futura da acção.

No âmbito do projecto de apadrinhamento de crianças, o envolvimento das comunidades locais iniciou no momento de identificação de selecção das crianças carenciadas, tendo envolvido a Direcção do Género, Criança e Acção Social da Cidade de Maputo e ao nível dos distritos abrangidos, os secretários dos bairros e os chefes de quarterões.

Filimão Mungoi, responsável da criança em situação difícil na Direcção Distrital do Género, Criança e Acção Social do distrito de KaMavota disse que existe uma boa relação entre o seu pelouro e as ONGs que operam no distrito, especialmente com ARES. Explicou que existe uma reunião anual de planificação organizada pelo Ministério de Género, Criança e Acção Social, na qual as ONGs são convidadas a participar. Por exemplo, na data da realização da entrevista, decorria, nas instalações da Acção Social de KaMaxaquene, uma reunião conjunta com os parceiros, na sua maioria ONGs, de preparação da quinzena da criança. Essas acções evidenciam a existência de uma relação saudável e interativa, permitindo que diversos actores, independentemente do seu sector de actividade, estejam na mesma mesa para traçar estratégias e planos de actividades para apoiar a população carenciada.

No que toca ao envolvimento das comunidades locais, nota-se “fraco” envolvimento que resulta do facto de estas serem envolvidas como meros beneficiários e não como principais actores e com poder de decisão sobre assuntos que tocam suas vidas. Dino Jacob deu a entender que são poucos os casos em que as comunidades assumem

papel activo e dinamizador das acções. Algumas vezes a ARES capacita as comunidades locais sobre os mecanismos de identificação e prevenção de casos de violência doméstica. A capacitação é uma forma de empoderar as comunidades para uma participação consciente e informada. Só com a participação informada as comunidades podem atingir o envolvimento genuíno que consiste na partilha e delegação do poder, onde as comunidades tomam decisões sobre acções do seu interesse.

Apesar de haver esforços de envolver as comunidades nas actividades da ARES, dados da pesquisa indicam que há ainda um desafio enorme pela frente para assegurar uma participação efectiva das comunidades locais. Esse desafio deriva do facto de, durante o desenho das intervenções prevalecer o que Arnstein¹¹⁴ denomina de manipulação, onde as comunidades são ouvidas ou são dadas oportunidades de aconselhar, porém, sem que suas opiniões tenham efeitos na tomada de decisões.

É preciso que a gestão da ARES crie condições para maior participação das comunidades nos seus projectos, não apenas como meros beneficiários, mas como agentes activos em toda cadeia de implementação das actividades com capacidade de assegurar a efectividade das acções e sustentabilidade dos resultados alcançados a médio e longo prazo.

3.6. Relação entre as actividades da ARES e o desenvolvimento das comunidades beneficiárias

As ONGs desempenham um papel significativo no desenvolvimento das comunidades ao redor do mundo. A ARES enquanto uma ONG também desempenha um papel de relevo na melhoria das condições de vida das comunidades abrangidas pelas suas actividades.

Os dados da pesquisa indicam que através do projecto “*Criança, Guerra e Perseguição*” cujo objectivo era a recuperação psicológica das crianças vítimas do conflito armado de desestabilização, a ARES juntou psicólogos, educadores e médicos tradicionais que ofereceram brincadeiras educativas e banhos tradicionais a cerca de 3 mil crianças.

Apesar de não ter sido possível localizar testemunhas de participantes nas actividades da ARES no âmbito do projecto, refira-se que para crianças que enfrentaram estresse e trauma por causa do conflito armado, as brincadeiras educativas proporcionam

¹¹⁴ ARNSTEIN (1969), op.cit.

uma maneira não verbal de expressar emoções difíceis, ajudando na liberação de tensões emocionais. De igual maneira, os banhos tradicionais servem como um ritual reconfortante, proporcionando uma sensação de normalidade e segurança. O envolvimento de crianças em práticas culturais familiares fortalece a conexão com suas identidades e tradições, contribuindo para um senso de pertença e estabilidade emocional.

Através do Centro de Aconselhamento Psicossocial que funcionou no bairro do Zimpeto nos anos 1989 à 1998 a ARES fez atendimento psicossocial e sessões de aconselhamento, tendo atendido cerca de 2 mil pessoas entre crianças, jovens e adultos. Dino Jacob referiu que o atendimento psicossocial e aconselhamento desempenharam um papel crucial no desenvolvimento comunitário, especialmente para crianças, jovens e adultos, pois contribuem para o bem-estar emocional e mental das pessoas, impactando positivamente na comunidade como um todo.

Durante as sessões de atendimento psicossocial e aconselhamento eram abordados problemas de saúde mental e emocional que afectavam os moradores do bairro do Zimpeto e não só, oferecendo suporte para lidar com estresse, ansiedade, depressão e outros desafios emocionais, melhorando a qualidade de vida das pessoas. Outrossim, o apoio psicossocial ajudou na reconstrução das redes socio-afectivas destruídas pelas cheias, promovendo a coesão comunitária e o apoio mútuo.

O projecto de “*recuperação das famílias pós-cheias de 2000*” implementado no distrito de Magude, Província de Maputo, formou cerca de 100 professores em metodologias de intervenção para crianças vítimas das cheias e 150 activistas que constituíram-se em núcleos comunitários que passaram a dar palestras nas comunidades sobre mecanismos de lidar com estresse e trauma provocadas pelas perdas de bens e familiares. A capacitação de activistas e criação de núcleos comunitários para lidarem com problemas locais foi umas das estratégias bem conseguidas pela ARES, pois, concorreu para o empoderamento das comunidades ao mesmo tempo que reforçou os mecanismos de transparência e prestação de contas.

O apoio psicossocial prestado pela equipa do projecto e pelos núcleos comunitários criados desempenharam um papel vital na recuperação pós-ciclónica, ajudando as comunidades a enfrentar o trauma, reconstruir suas vidas e fortalecer a resiliência para futuros desafios. O envolvimento de actores locais através dos núcleos comunitários permitiu que as intervenções fossem sensíveis e culturalmente apropriadas, garantindo que o apoio atendesse às necessidades específicas das comunidades afectadas.

O projecto “*Este corpo é meu*” implementado em Nampula e Maputo no período entre 2008 e 2012 com o objectivo de prevenir a violência sexual contra crianças através da exposição interactiva abrangeu cerca de 35 mil crianças.

A abordagem interativa consiste num conjunto de métodos que buscam o envolvimento dos participantes de forma prática, estimulando a reflexão e promovendo o aprendizado efectivo, podendo consistir em dramatizações, simulações, histórias e jogos interativos, desenhos e actividades artísticas, entre outras. Através da abordagem interativa as crianças desenvolveram habilidades práticas de como identificar situações potencialmente perigosas, expressar limites pessoais e buscar ajuda adequada.

Por terem sido envolvidos os pais, responsáveis e educadores, tendo permitido a criação de uma rede de apoio mais ampla, acredita-se que a exposição interativa promoveu a consistência nas mensagens sobre prevenção e reforçou o compromisso com a segurança das crianças no seio das comunidades abrangidas.

O conjunto de actividades desenvolvidas no âmbito do projecto permitiu identificar cerca de 31 crianças vítimas de violação sexual que foram encaminhadas para as autoridades de saúde, conforme se pode ler na tabela abaixo.

Tabela 2: Número de casos de violação sexual recolhidas nas organizações de sociedade civil¹¹⁵

	Ano	Nº de crianças	Sexo		Idades das crianças			Grau de parentesco dos violadores				
			F	M	0-5 anos	06-10 anos	11-15 anos	Vizinho	Pai	Padrasto	Família/Conhecido	Desconhecido
ARES	2010	31	26	5	2	19	5	5	0	0	16	5

Como se pode ver na tabela, o projecto permitiu a identificação de 31 crianças vítimas de violação sexual na cidade de Maputo. Das crianças violadas, 26 eram do sexo feminino e 5 do sexo masculino. Em termos de idades das vítimas, consta que as idades compreendidas entre 06 e 10 anos são as mais vulneráveis, tendo 19 vítimas, seguida da faixa etária entre 11 e 15 anos, com 5 vítimas, a faixa entre 0 e 5 anos com menos incidência, com 2 casos identificados.

¹¹⁵ Extraído de OSÓRIO, Conceição (2011) *Violação sexual de menores: estudo de caso na cidade de Maputo, WLSA Moçambique*. Disponível em https://www.wlsa.org.mz/wp-content/uploads/2014/11/Violacao_sexual.pdf. Consultado em 14/09/2023.

No que toca aos violadores, destaque vai para familiares e conhecidos (16), seguido de vizinhos e desconhecidos (com cinco violadores cada). Essa informação realça a necessidade de tomar mais cuidado em relação a quem confiar no momento de deixar as crianças, uma vez que, os dados apontam que os familiares e conhecidos são os que cometem mais casos de violação.

O trabalho desenvolvido pela ARES e que culminou com a identificação dos casos de violação sexual e posterior encaminhamento para as autoridades de justiça é um exemplo claro e inequívoco da importância da colaboração entre a ARES, as comunidades locais e as autoridades judiciais, fazendo *jus* à teoria do desenvolvimento participativo ao mesmo tempo que enfatiza a importância das ONGs na protecção social e principalmente das comadras desprotegidas como as crianças no âmbito da teoria da sociedade civil.

O projecto de apadrinhamento de crianças é descrito pelos beneficiários, incluindo as autoridades dos assuntos sobre Género, Criança e Acção Social. Alexandre¹¹⁶ Angelica Tsucane de 22 anos de idade, desempregado e sem nenhuma fonte de renda, tio e encarregado de José Tsucane, criança beneficiária do projecto, disse, durante a entrevista, que o apoio oferecido ao seu sobrinho pelo projecto é de grande valia, afirmando que sem ele seria difícil enfrentar a vida. Isabel¹¹⁷ Alberto, de 19 anos de idade, órfãos de pais, residente em Mavalane A, beneficiária do projecto, com um padrinho que, de vezes enquanto, envia dinheiro para ela, considera o apoio que lhe é oferecida estar a contribuir para suprir parte das necessidades básicas dela. Isabel disse ter tentado abrir um negócio de vanda de pipocas e bolachas como forma de assegurar a sustentabilidade do apoio recebido, porem, o negócio faliu, alegando como causa de falência as irmãs que comiam a sua mercadoria.

Ester¹¹⁸ Raul, mãe de Joaquim Mourinho que é um dos beneficiários do projecto que, de vezes enquanto, tem recebido apoio monetário do seu padrinho, considera de grande contributo o apoio que o filho tem recebido do projecto. Com um apoio financeiro de cerca de mais de 6000 meticais que acabara de receber, Joaquim comprou uma porta para o seu quarto, conforme a imagem que se pode ver abaixo:

¹¹⁶ Entrevistado no bairro de Mavalane A no dia 8 de Maio de 2024.

¹¹⁷ Entrevistada no bairro de Mavalane A no dia 8 de Maio de 2024.

¹¹⁸ Entrevistada no bairro de Mavalane A no dia 8 de Maio de 2024.

Imagem 4: Porta comprada com apoio recebido do projecto¹¹⁹.



Ester disse estar a gostar da coordenação do projecto, afirmando haver boa relação com os gestores do mesmo.

Quem também avaliou positivamente o apoio prestado pelas ONGs e em particular da ARES ao desenvolvimento da criança, mulher e idosos em situação de vulnerabilidade ao nível do distrito de KaMaxaquene foi o senhor Filimão Mungoi¹²⁰, responsável da criança em situação difícil na Direcção Distrital de Género, Criança e Acção Social. Mungoi disse que as ONGs estão a contribuir sobremaneira para suprir algumas necessidades da população em estado de vulnerabilidade, num momento em que o Estado se debate com a escassez de recursos para suportar o apoio directo aos idosos e famílias carenciadas, argumentando que de Janeiro até Maio, data da realização do estudo, o governo moçambicano, ainda não tinha disponibilizado o habitual subsídio de apoio directo ao idoso e família em situação difícil, alegando falta de verbas para efeito.

¹¹⁹ Imagem tirada pelo autor durante a pesquisa de campo.

¹²⁰ Entrevistado no dia 15 de Maio de 2024.

Para demonstrar a importância do apoio que as ONGs têm prestado ao nível do distrito, Mungoi partilhou o episódio de uma senhora que escalou o seu pelouro por recomendação de uma unidade hospitalar, onde recebe o Tratamento Antirretroviral da Infecção do HIV, para solicitar apoio alimentar de modo a prosseguir com o tratamento. O interlocutor conta que:

“(...) fiquei emocionado e contagiado com o estado de debilidade que a senhora apresentava, com vontade de fazer qualquer coisa para ajudar, porém, não tínhamos nada na direcção para apoiá-la. Peguei no telefone e liguei para casa de Alegria, explicando a situação da senhora e pedindo apoio. Eles disseram para encaminhar a senhora para lá (...) encaminhei-a e mantiveram a ela no centro de acolhimento (...). Passado uma semana, fui ver que está a recuperar e apresenta uma boa evolução”¹²¹.

Para além de testemunhar o contributo inestimável das ONGs no apoio ao desenvolvimento das comunidades, esse depoimento mostra a relação saudável existente entre as ONGs e as autoridades governamentais.

Com relação aos mecanismos de prestação de contas usados pela ARES, na pesquisa constatou-se ser predominante o uso de relatórios de actividades e de execução financeira. Constatou-se ainda que, na maioria dos casos, os relatórios são usados para comprovar a execução dos projectos perante os financiadores, havendo pouca partilha e discussão com as comunidades beneficiárias.

No que toca aos indicadores de desempenho das actividades da ARES, predominam indicadores quantitativos, limitando-se à indicação do número dos beneficiários. Apesar de fornecerem uma base para compreensão do alcance das suas actividades, deixam escapar a parte mais importante que é a efectividade e o impacto das actividades na vida das comunidades. Para suprir esse desafio, a ARES e outras ONGs que poiam o desenvolvimento precisam de adoptar, igualmente, indicadores qualitativos como a satisfação e bem-estar das comunidades abrangidas, o empoderamento e capacitação dos beneficiários para que, a medio e longo prazo, ganhem habilidades de autossuficiência, entre outras.

No que toca à articulação entre as autoridades locais e outros intervenientes no processo de desenvolvimento, constata-se que, na sua actuação, a ARES tem estado em articulação com as autoridades administrativas e estruturas locais sempre que for necessário. É prova disso o envolvimento da Direcção da Criança, Género e Acção Social

¹²¹ Depoimento de Filimão Mungoi, responsável da Criança em situação difícil na Direcção Distrital de Género, Criança e Acção Social no Distrito de KaMaxaquene.

da cidade de Maputo e do distrito de KaMavota em alguns dos seus projectos. Consta ainda o envolvimento de escolas, instituições de administração da justiça como postos policiais, líderes e médicos tradicionais em algumas actividades e programas por si realizadas.

Em suma, a ARES tem estado a contribuir para o desenvolvimento das comunidades beneficiárias. Suas actividades com foco na prestação de apoio e aconselhamento psicossocial foram de fundamental importância na recuperação psíquica e social de crianças, jovens e adultos vítimas de conflitos armados, desastres naturais e sociais.

Apesar da limitação no que toca ao acesso de fontes e conseqüentemente de alguma informação, a intervenção da ARES impactou de alguma forma em mais de 40 mil indivíduos entre crianças, jovens e adultos. Capacitou mais de 250 activistas e criou núcleos comunitários para darem continuidade com as suas acções, prestando apoio e aconselhamento psicossocial. Seu projecto de apadrinhamento de crianças está contribuindo para aliviar o sofrimento de crianças órfãs e vulneráveis nos diversos bairros da cidade de Maputo.

Assistir crianças órfãs e vulneráveis demanda acções estruturantes e estratégicas que devem ir além do simples oferecer uma sexta básica ou um subsídio para sua aquisição. As crianças precisam de um ambiente que ofereça conforto e segurança para o seu desenvolvimento psicossocial, longe de influências negativas. Não obstante o apoio que tem recebido, algumas crianças visitadas no âmbito do estudo estão expostas a todo tipo de influências negativas como consumo de drogas, situações que constituem perigo ao seu desenvolvimento harmonioso. Matricular as crianças órfãs e vulneráveis em escolas com internatos, e prestar a necessária assistência e acompanhamento parece ser uma medida inteligente que pode contribuir para o desenvolvimento psicossocial e habilidades profissionais.

Um dos desafios que são colocados para maior efectividade e impacto das actividades da ARES e de muitas outras ONGs que actuam na cidade de Maputo prende-se com a ampliação dos mecanismos de transparência e de prestação de contas, bem assim como a elaboração dos relatórios das intervenções e posterior discussão dos mesmos com as comunidades afectadas.

O envolvimento dos beneficiários em todo processo de implementação e avaliação do impacto das intervenções das ONGs, assim como a elaboração de relatórios operacionais e financeiros e a subsequente partilha por intermédio de suas páginas webs,

redes sociais, ou ainda através de debates públicos com os beneficiários, doadores e comunidade em geral pode contribuir para o reforço da credibilidade e confiança pública, atração e retenção dos doadores. Outrossim, o envolvimento das partes interessadas na monitoria e avaliação dos programas e projectos de desenvolvimento contribui para identificação de fragilidades e introdução de melhorias, aumentando assim a eficiência e eficácia operacionais ao mesmo tempo que legitima o trabalho das ONGs perante o governo, comunidades locais, doadores e outras instituições.

CONCLUSÕES

As Organizações não Governamentais (ONGs) jogam um papel fundamental no desenvolvimento global, especialmente em áreas onde os governos e o sector privado enfrentam limitações. No entanto, os diversos desafios que essas organizações enfrentam na sua actuação, incluindo o aumento do índice da pobreza no mundo, Moçambique em particular, levanta críticas sobre a eficácia do trabalho das ONGs e coloca-as numa crise de legitimidade no que concerne ao apoio ao desenvolvimento.

A presente pesquisa procurou conhecer o contributo das ONGs no apoio ao desenvolvimento a partir do estudo de caso do trabalho levado a cabo pela Associação Reconstruindo Esperança que trabalha em prol do desenvolvimento da infância e da mulher.

Para a realização do trabalho foi feita uma revisão da literatura sobre emergência das ONGs no mundo e em Moçambique, seu enquadramento legal e importância no apoio ao desenvolvimento. As ONGs surgem atreladas a ideia da solidariedade que sempre caracterizou a vida humana. Desde os primórdios da humanidade, os homens sempre tiveram a necessidade de se entreatarem. Todavia, as destruições provocadas pela primeira e segunda Guerras Mundiais, criando sofrimento e miséria no seio da população, ampliou o sentimento de solidariedade ao nível mundial e a necessidade de melhor organização das acções de ajuda mútua, estimulando o surgimento das organizações não-governamentais que se dignaram prestar assistência social às populações afectadas.

O surgimento das ONGs em África, Moçambique em especial remota do período pós-colonial, com o seu enquadramento legal na Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos. Refere-se ter havido esforços de criação e funcionamento, de forma clandestina, de algumas associações e movimentos durante o período colonial, porém a liberdade de criação e funcionamento desse tipo de agremiações só aconteceu depois da conquista das independências africanas.

De forma livre a criação e funcionamento de ONGs em Moçambique ocorreu no final da primeira e início da segunda metade da década 80 com a aprovação do Programa de Reajustamento Estrutural (PRE) e aceitação de Moçambique como membro das instituições e *Bretton Woods* e consequente adopção da economia do mercado. Importa referir que a adopção do capitalismo foi imposta à Moçambique como condição

para obter a ajuda que necessitava das instituições de *Bretton Woods* para financiar a sua economia que se encontrava em crise. Aponta-se a Cruz Vermelha e a Visão Mundial como as primeiras ONGs internacionais que se instalaram em Moçambique no início da década 80.

A oficialização das ONGs em Moçambique aconteceu por volta da década 90 através da Lei 8/91 de 18 de Julho que regula o direito à livre associação. A partir desse período Moçambique vem assistindo o crescimento galopante de ONGs.

As ONGs jogam um papel crucial nos esforços do desenvolvimento, apoiando e capacitando as comunidades locais a participarem na implementação de projectos e programas de desenvolvimento social e económico.

A pesquisa de campo permitiu o conhecimento, a descrição das actividades desenvolvidas pela Associação Reconstruindo Esperança (ARES). A Associação Reconstruindo Esperança surge da necessidade de prestar apoio ao progresso de crianças e mulheres, desenvolvendo um conjunto de actividades em prol da prevenção e reabilitação das populações vítimas de conflitos originados por processos naturais, políticos, económicos e sociais, oferecendo assistência multiforme.

Desde a sua fundação em 1986, a ARES se destaca no apoio à recuperação psíquica e social de crianças, jovens e adultos vítimas do conflito armado, desastres naturais e sociais através da prestação de assistência e aconselhamento psicossocial. Sua intervenção foi fundamental para aliviar o sofrimento e evitar a possibilidade de surgimento de traumas que pudessem afectar o desenvolvimento social e cognitivo de crianças vítimas da guerra de desestabilização e das cheias que assolaram a região sul de Moçambique em 2000.

A intervenção da ARES através do projecto “*Este corpo é meu*” implementado em Nampula e Maputo no período entre 2008 e 2012 com o objectivo de prevenir a violência sexual contra crianças por meio da exposição interactiva permitiu a identificação de 31 crianças vítimas de violação sexual que foram encaminhadas as autoridades da saúde e da justiça.

O Projecto de apadrinhamento de crianças é referido pelos beneficiários como sendo de mais-valia para as suas vidas, oferecendo apoio necessário para suprir as necessidades básicas. A falta de continuidade dos subsídios alocados aos beneficiários pelos padrinhos associado a falta de previsibilidade da sua chegada, assim como ao facto de nem todas crianças com padrinhos receberem os subsídios, abre espaço para desconfianças de favoritismo a alguns em detrimento dos outros.

Nessas intervenções, foi notória a colaboração entre diferentes actores interessados, autoridades administrativas e tradicionais e, comunidades locais e outros parceiros nacionais e internacionais, fazendo jus ao postulado pela teoria do desenvolvimento participativo que encoraja o envolvimento de todas partes interessadas nos projectos e programas de desenvolvimento. Aliás, o representante da Direcção Distrital de Criança, Genro e Acção Social, Filimão Mongoi disse haver uma boa colaboração entre esse braço executivo do governo e as ONGs que actuam ao nível do distrito, em particular a ARES, havendo mecanismos de planificação conjunta de algumas actividades, considerando as prioridades de desenvolvimento do distrito.

Apesar de ter havido uma relativa colaboração entre diferentes actores em algumas fases de implementação das actividades, constata-se um envolvimento limitante das comunidades locais no momento da planificação das intervenções. As consultas que a ARES faz não garantem a participação efectiva das comunidades e suas opiniões são pouco consideradas na tomada de decisões.

No que toca ao financiamento das suas actividades, constatou-se que maior parte das actividades da ARES e de muitas outras ONGs que operam na cidade de Maputo são financiadas através de diversas fontes externas, principalmente doadores internacionais. A excessiva dependência de recursos externos constitui um desafio no funcionamento das ONGs, em particular da ARES, uma vez que, qualquer desequilíbrio que afecta os doados exerce impacto no seu funcionamento. Alguns projectos da ARES foram paralisados por corte de financiamento tal como aconteceu com Centro de Aconselhamento Psicossocial do Zimpeto. Essa situação acontece com outras ONGs que actuam na cidade Maputo.

No que toca aos mecanismos de prestação de contas mais usados constam os relatórios de actividades e de execução orçamental. Esses mecanismos são mais usados para prestação de contas aos doadores, escasseando mecanismos de prestação de contas às comunidades beneficiárias. Ademais, tais relatórios não são alvos de discussão públicas com as comunidades locais e/ou beneficiárias, assim como em contextos académicos, limitando a possibilidade de colher subsídios que poderiam agregar valor à actuação da ARES.

No que toca aos indicadores de desenvolvimento mais usados, constatou-se maior uso de indicadores de natureza quantitativa. Há necessidade de ir para além das métricas quantitativas e buscar elementos que possam comprovar as mudanças provocadas nas comunidades atendidas e seu impacto na qualidade de vida.

De uma forma geral, as ONGs, a ARES em particular, desempenham um papel fundamental no alívio do sofrimento das pessoas vítimas de conflitos naturais e sociais, providenciando apoio e aconselhamento psicossocial que, por sua vez, tem contribuído para minimizar o desenvolvimento de traumas sociais e psicológicas. Todavia, os resultados da ARES ainda são pouco conhecidos e discutidos quer ao nível da opinião pública quer ao nível académico.

Lista de pessoas entrevistadas

1. Dino Jacob (Director Executivo da ARES), entrevistado no dia 27 de Julho de 2023.
2. Eulália Combane (facilitadora do projecto nos bairros de Mavalene A e B vinculada a ARES), entrevistada na cidade de Maputo no dia 8 de Maio de 2024
3. Filimão Mugoi (Responsável da Criança em Situação Difícil na Direcção Distrital do Género, Criança e Acção Social de KaMavota), entrevistado no dia 8 de Maio de 2024
4. Ester Raul (mãe de Joaquim Mourinho, beneficiário do projecto de apadrinhamento de crianças da ARES), entrevistada no dia 8 de Maio de 2024.
5. Alexandre Angelica Tsucane (tio de José Tsucane, beneficiário do projecto de apadrinhamento de crianças da ARES), entrevistado no dia 8 de Maio de 2024;
6. Isabel Alberto (beneficiária do projecto de apadrinhamento de crianças da ARES), entrevistada no dia 8 de Maio de 2024;

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, António Pinto (2009). Financiamento à cultura: desafios e oportunidades. In Conferência Nacional da Cultura de 2009.
- AMADE, Ali Alije (2008) Avaliação organizacional de organizações sem fins lucrativos: o caso da Adra em Moçambique, monografia, Universidade Eduardo Mondlane.
- ARNSTEIN, Sherry R. (1969) A ladder Of Citizen Participation, journal of the American Planing Associatian, 35: 4, 216 – 224. Doi: <http://dx.doi.org/10.1080/01944366908977225>.
- AVRITZER, Leonardo (2010) Accountability and Democracy: The Pitfalls and Promise of Popular Control. Oxford University Press.
- BATLIWALA, Srilatha (2007) Taking the Power Out of Empowerment: An Experiential Account, Taylor & Francis, v. 17. nº. 4/5. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/25548253>.
- BARNETT, Michael e WEISS, Thomas (2008) Humanitarianism contested: Where angels fear to tread. Routledge.
- BEBBINGTON, Anthony J., HICKEY, Samuel and MITLIN, Diana C. (2008). Can NGOs Make a Difference? The Challenge of Development Alternatives, Zed Books Ltd, London and New York. Disponível em <https://biblio.flacsoandes.edu.ec/libros/digital/40555.pdf>.
- BUSSOTTI, Luca e NHAULEQUE, Laura António, Social movements in rural África: how and why mozambican state closed the PROSVAVANA program, Routledge, 2022, DOI: 10.4324/9781003177371.
- CAMARINI, Gladis, CHAMON, Edna Maria Querido de Oliveira e Charnet, Emerson (s/d) Evolução e história das organizações sem fins lucrativos. Disponível em https://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2006/epg/05/EPG00000554%20ok.pdf. Consultado aos 08/02/2023.
- CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno (2017) Crises económicas e estruturas de acumulação de capital em Moçambique. Maputo. In IESE (2017) Desafios para Moçambique.
- Da CONCEIÇÃO, Ariane Fernandes, De OLIVEIRA, Cintia Gonçalves e De SOUSA, Dércio Bernardes (2016) Rostow e os estágios para o desenvolvimento.

- In NIEDERLE, Paulo André e RADOMSKY, Guilherme Francisco W. (Org, 2016) Introdução às teorias do desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- DA SILVA, João Oliveira Correia, Amartya Sen, o desenvolvimento como liberdade, Faculdade de Economia do Porto. Disponível em https://www.fep.up.pt/docentes/joao/material/desenv_liberdade.pdf.
 - DALY, Herman (1996) Beyond growth: the economics of sustainable development, Beacon Press, Boston.
 - DEEGAN, Craig (2002) Introduction: The legitimizing effect of social and environmental disclosures – a theoretical foundation. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 15(3), 282-311. Doi <https://doi.org/10.1108/09513570210435852>.
 - DIAS, Marcelo Miná (2004) As ONGs e a construção de alternativas para o desenvolvimento rural: um estudo a partir da Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA), Tese, Doutorado, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
 - EBRAHIM, Alnoor (2003) Accountability Myopia: Losing Sight of Organizational Learning. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, 32(3), 409-428.
 - Edwards, Michael (2014) Civil society. *Polity*.
 - EDWARDS, Michael e HULME, David (1996) Too close for comfort? The impact of official aid on nongovernmental organizations. *World Development*, 24(6), 961-973. Disponível em <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/0305750X96000198>. Consultado aos 19/09/2023.
 - EYS, Tinie Van (2002) Solidariedade com os pobres ou comércio no mercado do desenvolvimento? As organizações não governamentais em Moçambique, Fórum das ONGs, Maputo, Junho de 2001.
 - FERREIRA, Bárbara e RAPOSO, Rita, Evolução do(s) Conceito(s) de Desenvolvimento. Um Roteiro Crítico, *Caderno de Estudos Africanos*, Centro de Estudos Internacionais, Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), 2017, p. 113-144.

- FRAGOSO, António, Desenvolvimento Participativo: uma sugestão de reformulação conceptual, Revista Portuguesa de Educação, 2005, vol. 18, núm. 1, pp. 23-5.
- FREIRA, Paulo (1987) Pedagogia do oprimido, 17ª. ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro.
- FUNG, Archon (2006) Varieties of participation in complex governance. Public Administration Review, 66(s1), 66-75.
- GIL, António Carlos (2008) Métodos e Técnicas de Pesquisa Social, 6ª edição, Atlas, São Paulo.
- GRAYSON, David (2011) Corporate social opportunity! Seven steps to make corporate social responsibility work for your business. Greenleaf Publishing.
- HUDSON INSTITUTE (2016), The Index of Global Philanthropy and Remittances. Disponível em <https://s3.amazonaws.com/media.hudson.org/files/publications/201703IndexofGlobalPhilanthropyandRemittances2016.pdf> consultado aos 07/02/2023.
- HWANG, Hokyu e POWELL, Walter (2009) The Rationalization of Charity: The Influences of Professionalism in the Nonprofit Sector. Administrative Science Quarterly, 54(2), 268-298. Disponível em <https://journals.sagepub.com/doi/10.2189/asqu.2009.54.2.268>.
- KECK, Margaret & SIKKINK, Kathryn (1998) Activists beyond borders: advocacy networks in international politics. Nova York: Cornell University.
- LADIM, Leilah (1993) A invenção das ONGs: do serviço invisível à profissão impossível, Tese, Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade (2003) Fundamentos da metodologia científica, 5ª ed, Atlas, São Paulo.
- LEWIS, David, KANJI, Nazneen and THEMUDO, Nuno S. (2021) Non-Governmental Organizations and Development, 2ª ed, Routledge, London.
- MAURI, Giulia (2012) Organizações Não Governamentais em Moçambique: análise do Trabalho de algumas organizações em Moçambique. Dissertação, Mestrado, Universidade Técnica de Lisboa.
- MEIGOS, Filimone (2018) Dinâmica das Artes Plásticas em Moçambique, Tese, Doutorado, Universidade da Beira de Interior.

- MICHENER (1998) apud SALVIANI, Roberto, Desenvolvimento, antropologia e “participação”. Uma proposta de reflexão crítica, Anuário Antropológico, 2010, v. 35, n. 1, 227-261. Disponível em <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/7446035.pdf>.
- MOÇAMBIQUE, Instituto Nacional de Estatísticas (2016) Pobreza e bem-estar em Moçambique: resumo da quarta avaliação nacional (IOF 2014/15).
- MOÇAMBIQUE, Instituto Nacional de Estatísticas (2017) As Instituições sem fins lucrativos em Moçambique: Resultados do segundo Censo Nacional (2014 – 2015).
- MOIANA, Emídio de Brito Belarmino (2017) O contributo das Organizações da Sociedade Civil no desenvolvimento das comunidades rurais do distrito de Moamba, Dissertação, Mestrado, Universidade Eduardo Mondlane.
- MONDLANE, Eduardo (1995) Lutar por Moçambique. 1ª edição, colecção Nosso Chão, Centro de Estudos Africanos, p. 90.
- NIPASSA, Orlando Júlio André (2016) Autonomia e dependência da sociedade civil no processo de desenvolvimento humano em Moçambique. Tese, Doutoramento, Instituto Universitário de Lisboa.
- OSÓRIO, Conceição (2011) Violação sexual de menores: estudo de caso na cidade de Maputo, WLSA Moçambique. Disponível em https://www.wlsa.org.mz/wp-content/uploads/2014/11/Violacao_sexual.pdf.
- RAMOS, Leonardo Cesar Sousa (2005) A sociedade civil em tempos de globalização: uma perspectiva neogramsciana, Tese, Doutoramento, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- RODRIK, Dani (2008) The Globalization Paradox: democracy and the future of world economy. https://d11.cuni.cz/pluginfile.php/269667/mod_resource/content/1/Dani%20Rodrik%20Globalization%20Paradox.PDF.
- SANTOS, Boaventura Sousa (1991) State, wage relations and social welfare in the simiperiphery: the case of Portugal, Oficinas do CSC n° 23, p. 37.
- SCHEYVENS, Regina (2000) The contribution of NGOs to the empowerment of Maori women in Aotearoa/New Zealand. Gender and Development, 8(3), 60-69.
- SILVEIRA, Denise Tolfo e GERHARDT, Tatiana Engel (Org. 2009) Pesquisa social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

- SORJ, Bernardo (2005) Sociedades Civas e relações Norte-Sul: ONGs e dependência. Tradução de Plinio A. Dentzien, Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, Rio de Janeiro.
- WILLIAMS, Abreu (1990) Cresce a participação das ONGs no Desenvolvimento: o Banco Mundial e outras agências de desenvolvimento trabalham cada vez mais com organizações não-governamentais. Finanças e Desenvolvimento, Dezembro.

Sites consultados

<https://www.care.org/pt/about-us/our-history/> Consultado aos 07/02/2023.

<https://www.prnewswire.com/news-releases/25-fatos-e-estatisticas-sobre-ongs-ao-redor-do-mundo-por-edmar-latoria-814455750.html> consultado ao 07/02/2023.

<https://www.unicef.org/mozambique/media/5736/file/UNICEF%20Mo%C3%A7ambique%20Advocacy%20Brochure%202022%202026.pdf>. Consultado aos 13/04/2025.

<https://cartamz.com>. Consultado aos 22/04/2025.

www.hrw.org. Consultado aos 22/04/2025.

Em anexo: Estatuto Orgânico da Associação Reconstruindo Esperança (ARES)